

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO  
2019/2020**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO NA EUROPA E NO BRASIL,  
SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE  
DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL  
DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**Luiz Eduardo Santos Cerávolo  
TENENTE-CORONEL / INFANTARIA (BRASIL)**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO NA EUROPA E NO  
BRASIL, SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

**TCOR INF (BRA) Luiz Eduardo Santos Cerávolo**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2019/2020

Pedrouços 2019



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO NA EUROPA E NO  
BRASIL, SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

**TCOR INF (BRA) Luiz Eduardo Santos Cerávolo**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2019/2020

Orientador: Tenente-Coronel GNR Marco António Ferreira da Cruz

Pedrouços 2019



### **Declaração de compromisso Antiplágio**

Eu, **Luiz Eduardo Santos Cerávolo**, declaro por minha honra que o documento intitulado **Securitização da imigração: medidas objetivas adotadas pela União Europeia e pelo Brasil** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/2020** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **8 de maio de 2020**

Luiz Eduardo Santos Cerávolo



## **Agradecimentos**

Neste momento de término de ciclo é fundamental externar os sinceros agradecimentos às pessoas que contribuíram nesta caminhada. Primeiramente, agradeço a Deus, pelo dom da vida. À minha amada esposa Márcia e às minhas filhas Giovanna e Sophia, que são a razão de minha existência, enchendo cada momento de alegria e felicidade, apoiando-me incondicionalmente, mesmo quando este trabalho tornou-se prioridade em detrimento de nossas horas juntos.

Aos meus pais, Paulo Henrique e Neuza que foram fundamentais na minha vida, plantando e cultivando as primeiras sementes de educação que recebi, sendo fundamentais na formação e modelagem do meu caráter. Além dessa silente tarefa e em meio as inúmeras dificuldades enfrentadas, merece destaque os exemplos que obtive dos mesmos em todos os momentos que estivemos juntos.

Ao meu orientador, o TCor Marco António Ferreira da Cruz, que de forma objetiva, segura e inteligente orientou meus passos nesse desafio, disponibilizando tempo, inclusive de horas de seu descanso, para que essa investigação fosse concretizada.

Aos meus professores e amigos Tássio Franchi e Walfredo Bento que, sempre disponíveis e acessíveis, auxiliaram na concepção e realização desse trabalho.

À minha Pátria, através de suas Instituições, que complementou e aprimorou minha formação, gerando caminhos e oportunidades para que eu pudesse crescer pessoalmente e profissionalmente.

Tudo por um ideal!



## Índice

1. Introdução .....	10
2. Enquadramento teórico e conceptual .....	14
2.1. Estado da arte .....	14
2.2. Conceitos estruturantes .....	15
2.3. Modelo de análise .....	19
3. Metodologia .....	20
4. Agente securitizador da temática migratória no Brasil e na Itália .....	22
4.1. Agente securitizador no Brasil .....	22
4.2. Agente securitizador na Itália .....	25
5. Discurso securitário. ....	27
5.1. Discurso securitário no Brasil .....	27
5.2. Discurso securitário na Itália .....	31
6. Medidas emergenciais migratórias. ....	35
6.1. Medidas emergenciais migratórias adotadas pelo Brasil .....	35
6.2. Medidas emergenciais migratórias adotadas pela Itália .....	41
Conclusões .....	45
Referências Bibliográficas .....	48

## Índice de Anexos

Anexo A – Elementos base, segundo Silva e Pereira (2019), para a securitização .	Anx A - 1
Anexo B – Exposição de motivos do Projeto de Medida Provisória.....	Anx B - 1
Anexo C – Transcrição da entrevista de Matteo Salvini para Stephen Sackur no HARDtalk da BBC em setembro de 2018 .....	Anx C - 1
Anexo D – Transcrição da transmissão em direto de Matteo Salvini, de 14 de outubro de 2018, esclarecendo sobre a nova Lei de Imigração e Segurança da Itália	Anx D - 1



## **Índice de Apêndices**

- Apêndice A - Pronunciamentos do Senador Telmário Mota no Senado Federal sobre a questão migratória em Roraima, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. .... Apd A-1
- Apêndice B - Pronunciamentos do Senadora Ângela Portela no Senado Federal sobre a questão migratória em Roraima, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. .... Apd B-1
- Apêndice C - Pronunciamentos do Senador Romero Jucá no Senado Federal sobre a questão migratória em Roraima, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. .... Apd C-1
- Apêndice D – Compilado da participação de Matteo Salvino no programa “DiMartedì” - A imigração não é um direito, ocorrido em 17 de fevereiro de 2015. ... Apd D-1
- Apêndice E – Compilado da participação de Luigi Di Maio no programa “Il Fatto Quotidiano” - Sull'immigrazione, ocorrido em 22 de fevereiro de 2015.. Apd E-1
- Apêndice F – Compilado da participação de Luigi Di Maio no programa “La7 Attualità” - Sull'immigrazione, ocorrido em 14 de julho de 2018. .... Apd F-1



## **Índice de Quadros**

Quadro 1 - Mapa Conceptual .....	19
Quadro 2 – Técnica de tratamento de dados.....	21
Quadro 3 - Soluções duráveis .....	35
Quadro 4 - Impactos dos venezuelanos no Sistema de Saúde Regional .....	36
Quadro 5 – Números do projeto SPRAR.....	44

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 - Solicitações de Refúgio no Brasil .....	22
Gráfico 2 - Solicitações de Refúgio no Brasil .....	35

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Comitê Federal de Assistência Emergencial .....	37
Figura 2 – “Seguranças” demandadas e órgãos e ações de defesa .....	37
Figura 3 – Amparo Legal.....	38
Figura 4 – Estruturação da Operação Controle .....	38
Figura 5 – Pilares das Operações Controle e Acolhida .....	39
Figura 6 - Fluxograma para entrada no País .....	40
Figura 7 – Sistema de acolhida italiano .....	42
Figura 8 – Sistema de acolhida e expulsão dos migrantes na Itália .....	43





## **Resumo:**

O presente trabalho tem como tema central a securitização da imigração na Europa e no Brasil, comparando suas semelhanças e diferenças. A proposta foi analisar, dentro das dimensões estabelecidos por Silva e Pereira (2019), o movimento securitário sucedido nos processos migratórios brasileiro e italiano. Para tanto, aborda-se, num primeiro momento, a concepção teórico-metodológica, na sequência são analisados os processos migratórios brasileiro e italiano à luz dos processos de securitização, considerando o agente securitizador, o discurso securitizador e as medidas emergenciais. O procedimento metodológico adotado nesse trabalho foi do tipo dedutivo, assentado numa estratégia de investigação qualitativa e desenvolveu a metodologia do estudo comparativo. A temática em análise insere-se no domínio de investigação das Ciências Militares, mais especificamente na área de investigação dos Estudos de Segurança Interna e dos fenômenos criminais. Na análise e comparação do processo migratório, verificou-se que a migração foi securitizada, em termos gerais, em ambos os países, existindo algumas diferenças fundamentais, sobretudo quanto ao papel dos atores, do público alvo do discurso e da amplitude das medidas adotadas.

**Palavras-Chave:** Brasil, Itália, migração, securitização.



## *Abstract*

*This work has as its central theme the securitization of immigration in Europe and Brazil, similarities and differences. The proposal was to analyze, within the dimensions established by Silva e Pereira (2019), the security movement that succeeded in the Brazilian and Italian migration process. To this end, the theoretical-methodological conception is approached in the first place, then the Brazilian and Italian migratory processes are analyzed in the light of the securitization process, considering the securitizing agent, the securitizing discourse and the emergency measures. The methodological procedure adopted in this work was deductive, based on a qualitative research strategy and developed the methodology of the comparative study. The subject under analysis falls within the field of research in the Military Sciences, more specifically in the area of investigation of Internal Security Studies and criminal phenomena. In the analysis and comparison of the migration process, it was found that migration was securitized in both countries, although both countries have securitized the migratory process, some fundamental differences were observed above all regarding the role of the actors, the target audience for the discourse and the breadth of the measures adopted.*

*Keywords: Brazil, Italy, migration, securitization.*



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos**

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ANVISA	Agência de Vigilância Sanitária
CARA	Centro de Acolhimento para Solicitantes de Asilo
CAS	Centros de Ação de Emergência
CDA	Centros de Acolhimento em Itália
CIE	Centros de Identificação e Expulsão
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CF/88	Constituição Federal do Brasil de 1988
CPF	Cadastro de Pessoa Física
ESPIN	Emergência Saúde Pública de Importância Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISIS	Estado Islâmico
IUM	Instituto Universitário Militar
FRONTEX	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
MD	Ministério da Defesa
MP	Medida Provisória
OE	Objetivos Específicos
OG	Objetivo Geral
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PF	Polícia Federal
QC	Questão Central
QD	Questões Derivadas
RF	Receita Federal
SPRAR	Sistema de Proteção para Refugiados e Requerentes de Asilo
SUS	Sistema Único de Saúde
UE	União Europeia
UNHCR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados



## 1. Introdução

Ao longo da história, verificamos que as pessoas migraram entre espaços geográficos. A migração é um evento de interesse tanto para os países que recebem, como para os que remetem e para os que acolhem transitoriamente, ocorrendo nas fronteiras internacionais, aeroportos e portos com nuances específicas de cada região. Favorecem esse movimento a facilidade pelas vias de acesso, o desenvolvimento dos meios de transporte, as iniciativas de integração regional, os acordos diplomáticos bilaterais, a precária fiscalização e as redes de solidariedade (Aragón, 2009).

O processo migratório é considerado um fenómeno complexo que pode produzir efeitos sobre as regiões relacionadas com esse movimento, sobretudo nos planos psicossocial (educação, saúde, cultura, trabalho, demografia), político (diplomacia, soberania), económico (comércio, investimento, integração, renda e mercado de trabalho) e militar (articulação, organização e logística).

Pela relevância, o tema ganhou amplitude na academia com o desenvolvimento do conceito de securitização concebido pela Escola de Copenhaga nos anos 1990, modificando a conceção de segurança ao considerar o tema securitizado quando requer uma ação imediata e emergencial sobre o determinado assunto (Wendt, 1992, 1995).

Na atualidade, a migração internacional tem impactado diretamente em diversas regiões, entre elas a Europa e o Brasil, objetos de estudo desse trabalho. A escolha dessas regiões se justifica particularmente em razão do atual fluxo de refugiados, sobretudo de sírios e venezuelanos (responsáveis pelos maiores grupos de deslocados do mundo - 1º e 2º lugares, respetivamente) (Aguiar, 2019), que impacta diretamente na estabilidade dessas áreas e requerem ações imediatas e emergenciais.

Para que este estudo possa ser visto como uma comparação heterogénea, por se tratar de um Estado e de uma União de Estados, que possuem estruturas e processos distintos, a proposição concreta será investigar o Brasil e um Estado específico da Europa, nomeadamente a Itália, em razão do impacto relevante que as migrações vem causando nesse país conforme identificado por Bonifazi e Marini (2014), Colucci (2019) e Patriarca (2018).

O Brasil, um país localizado no subcontinente sul-americano que ocupa cerca de 12% da superfície terrestre e acomoda aproximadamente 3% da população mundial (Britannica, 2019), vem se tornando recetor de imigrantes internos ao continente, sendo, atualmente, o de venezuelanos o fluxo mais expressivo. Embora o Brasil não seja o principal destino desses imigrantes, em função da dificuldade de acesso (região amazónica) e da diferença do idioma,



o País recebeu cerca de 78.091 solicitações de refúgio de 2015 a 2018 (Civil, 2018), sendo o segundo maior recebedor mundial de solicitações de refugio venezuelanos, após o Peru (R4V, 2020).

Com o aumento progressivo do número de imigrantes, a questão migratória vem tomando uma proporção cada vez maior na agenda política brasileira. Até o início dos anos 2000, o país era caracterizado como um país exportador de mão de obra. Contudo, em função do recente crescimento económico e do aumento da projeção do país associadas às conjunturas de crise económica e humanitária no cenário internacional, o Brasil passa novamente a figurar a rota dos imigrantes e refugiados (Paiva e Leite, 2014).

Ao lado da Grécia e da Turquia, a Itália é uma das principais portas de entrada dos imigrantes oriundos da África e do Oriente Médio que procuram melhores condições de vida na Europa (Britannica, 2019; Ludovica, Hedlund, Manole, Smith e Swissa, 2016).

A Itália, um país localizado no centro-sul da Europa, ocupa a Península Itálica que se projeta no mar Mediterrâneo e acomoda cerca de 60 milhões de habitantes, sendo a quinta nação mais populosa da Europa (Britannica, 2019). A Itália recebeu, no período de 2015 a 2018, cerca de 453.252 pedidos de asilo (Ambrosini, 2019; Council, 2019), sendo o terceiro país europeu que mais recebeu esse tipo de solicitação, atrás da Alemanha e França (IOM, 2020).

Assim, o presente trabalho busca identificar e analisar as especificidades dos processos de securitização das migrações adotados pelo Brasil e pela Itália, atentando para as singularidades regionais. Segundo (Silva & Pereira, 2019) o sucesso do processo de securitização depende:

da análise dos discursos de securitização e da receção da audiência; da identificação do agente securitizador, justificando-se os motivos pelos quais se identificou esse agente como responsável pelo movimento de securitização analisado; e da análise das medidas emergenciais adotadas para lidar com as ameaças existenciais e sua respetiva legitimação por parte da audiência, questões essas que servirão de base de análise para esse trabalho de investigação. (Silva & Pereira, 2019, p. 5)

Dessa forma, estabeleceu-se como objeto de estudo as migrações aplicadas ao Brasil e à Itália, tendo como lupa o construtivismo social e como ferramenta a securitização.



Para uma melhor clarificação do objeto de estudo, esta investigação será delimitada, como refere Sampieri (2003) (citado por Santos & Lima, 2019), em três domínios distintos: tempo, espaço e conteúdo. Desta forma, e no que concerne ao nível de conteúdo, a presente investigação irá focar-se na análise do discurso, na identificação do agente securitizador e nas medidas emergenciais. Quanto ao domínio espacial, delimita-se este estudo aos ambientes brasileiro e italiano, embora outros estados como a Síria e a Venezuela sejam espaços essenciais para o entendimento da problemática. Finalmente, no domínio temporal, o estudo será delimitado de 2015 a 2018, período em que as medidas se mostraram mais intensas, tanto no Brasil quanto na Itália.

Para estruturar a investigação, estabeleceu-se como objetivo Geral (OG) do presente trabalho analisar os processos de securitização seguidos pelo Brasil e pela Itália em relação às migrações, identificando semelhanças e diferenças entre os dois processos.

Para operacionalizar o OG acima apresentado e orientar o processo, foram estabelecidos os seguintes Objetivos Específicos (OE):

OE 1 – Identificar o agente securitizador da temática migratória no Brasil e na Itália.

OE 2 - Analisar o discurso securitário utilizado pelo Brasil e pela Itália, no contexto das migrações, e a sua receção pela audiência.

OE 3 - Identificar as medidas emergenciais migratórias adotadas pelo Brasil e pela Itália para lidar com as ameaças existenciais.

A elaboração da Questão Central (QC) constitui-se como um marco fundamental no processo de pesquisa. A QC pretende orientar e direcionar a pesquisa de investigação e corresponde à pergunta que o trabalho se propõe a responder. A QC estabelecida nesse trabalho foi: O processo de securitização da imigração no Brasil e na Itália atendeu aos parâmetros estabelecidos por (Silva & Pereira, 2019) e identificados como necessários para comprovação empírica? Para responder à QC foram formuladas três Questões Derivadas (QD), que servirão como elementos orientadores da investigação.

QD 1 – Qual foi o agente identificado como securitizador no contexto migratório no Brasil e na Itália?

QD 2 - Quais foram os parâmetros utilizados no discurso securitário migratório no Brasil e na Itália?

QD 3 - Quais medidas migratórias emergenciais foram adotadas no Brasil e na Itália para lidar com as ameaças existenciais?



Além da introdução e das conclusões, a investigação foi estruturada em seis capítulos da seguintes forma: o segundo abordando o enquadramento teórico e conceptual; o terceiro identificando a metodologia de pesquisa; o quarto identificando o agente securitizador; o quinto analisando o discurso securitário; o sexto identificando as medidas emergenciais adotadas; e o sétimo analisando o atendimento dos parâmetros estabelecidos por (Silva & Pereira, 2019) por parte do Brasil e da Itália.



## **2. Enquadramento teórico e conceptual**

Este capítulo, dedicado à revisão da literatura, propõe apresentar o estado da arte relativamente ao tema em estudo e qual o modelo de análise proposto.

### **2.1. Estado da arte**

Antecedendo a esse trabalho, autores como Buzan, Wæver e De Wilde (1998); Peoples e Vaughan-Williams (2014); Tanno (2003); Wæver, Estrada e de Matos (2015) e Wendt (1992) discutiram o conceito de securitização, no sentido lato, apresentando uma nova e abrangente abordagem para estudos de segurança, incluindo nesse contexto a segurança societal que impacta nas migrações. A partir dessa perspetiva, investigadores como Póvoa Neto (2007); Bracante e Reis (2009); Fassin (2011); Patrício (2011); e Oliveira (2014) se especializaram na securitização das migrações, abordando os efeitos dos movimentos migratórios nas regiões fronteiriças, na governabilidade, nas políticas migratórias e, sobretudo, na identidade das sociedades.

Na Europa, Neal (2009); Ilke e Bianca (2016); Ludovica et al. (2016); Trauner (2016); Imperial (2017); e Schramm (2019) delimitaram suas investigações nos impactos dos movimentos migratórios para o espaço europeu, na influência desse fluxo para a identidade europeia e nas possíveis respostas a essa questão. Outros autores como Campesi (2014, 2019); Albertazzi, Giovannini e Seddone (2018); Dixon (2018); Cortese, Cvainer, Paladino, Sciortino e Vaes (2019); Longo (2019); Panebianco (2019) e Salazar (2019) focaram-se especificamente na Itália, discutindo a crise migratória italiana contemporânea, fundamentando as suas análises na governabilidade, nas políticas migratórias e na crise humanitária. Da análise dos trabalhos dos autores supracitados, verifica-se tanto argumentos favoráveis pela securitização, como pela dessecuritização dos movimentos migratórios, isso influenciado sobretudo pela delimitação espacial e temporal do trabalho analisado.

No Brasil, Aragón (2009); Franklin (2012); Paiva e Leite (2014); e Franchi (2017, 2019) estudaram o processo migratório brasileiro, as migrações na região amazônica, a securitização da migração no Brasil, particularmente a venezuelana, identificando a securitização da migração venezuelana como resultante da precariedade dos serviços essenciais roraimenses e das fragilidades inerente ao país mais setentrional do Brasil.

Embora seja extensa a literatura que aborde conceitos propostos nesse trabalho como securitização, migração, a abordagem pelo ângulo proposto nesse trabalho diverge das já estudadas tendo em vista buscar desenvolver uma investigação comparativa do processo de





securitização da imigração na Itália e no Brasil, destacando as semelhanças e diferenças, visão essa ainda não explorada na literatura.

## 2.2. Conceitos estruturantes

O trabalho assenta em conceitos-chave, dentre os quais se destacam: ameaças, securitização, agente securitizador, discurso securitário e medidas emergenciais.

O conceito de ameaça é definido como qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria ou pode contrariar a consecução de um objetivo, que por norma é causador de danos morais e/ou materiais (Couto, 1988). Essa definição foi ampliada, segundo Buzan (1998), de uma formulação puramente militar para uma mais geral que englobando cinco aspetos: militares, políticas, societais, económicas e ecológicas (Buzan et al., 1998). No setor societal, dada a natureza abstrata da identidade coletiva e de sua evolução natural, é extremamente difícil estabelecer limites rígidos que diferenciem ameaças existenciais<sup>1</sup> e ameaças menores. No entanto, dada a natureza conservadora da “identidade” societal, é comum no discurso securitário se tratar as migrações internacionais<sup>2</sup> como ameaças a fim de manter a sobrevivência de características das sociedades como o idioma e os costumes comportamentais e étnicos (Buzan et al., 1998).

A securitização<sup>3</sup> é o movimento que leva à politização de certos temas, além das regras tradicionais estabelecidas. Em teoria, qualquer questão pública não politizada pode ser securitizada, em função de ameaça existencial, exigindo medidas emergenciais e extraordinárias (Buzan et al., 1998). Assim, esse conceito começa a modificar a concepção de segurança sob uma perspectiva construtivista, teoria que sustenta que a estrutura pode ser modificada, que nega a neutralidade e valoriza o discurso. Além disso, aponta a relevância dos fatores sociais e a crença na construção social da realidade (Wendt, 1992, 1995).

<sup>1</sup> Ameaças existenciais a um Estado são aquelas que envolvem a soberania, isso porque a soberania é o que define o Estado como Estado. Ameaças à sobrevivência são, portanto, ameaças à soberania (Buzan et al., 1998).

<sup>2</sup> Movimento de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país, implicando a transposição de fronteiras internacionais (Migrações, 2009).

<sup>3</sup> Barry Buzan e Olav Weaver, referencias da Escola de Copenhaga, desenvolveram uma corrente de Estudos de Segurança Internacional ao entender a ideia de segurança das coletividades humanas e dos Estados de forma conjunta. Assim, dentre temas que passaram a ser analisados a partir dessa perspectiva de segurança, ganhou destaque as migrações internacionais (Buzan et al., 1998).



A Escola de Copenhaga<sup>4</sup>, alinhada com os princípios delineados por Onuf (1998), referência do pensamento construtivista, defende que o mundo é uma construção social resultante do discurso, e das relações sociais, apresentando o conceito de securitização como construção social. Se um objeto é aceite como tema de segurança, indica que houve alegação nesse sentido, o que pode ser apontada por meio da análise do discurso.

Uma temática é designada como questão de segurança e é aceita pela audiência como tal por meio da construção entre atores. A proposta teórica da securitização, portanto, se encaixa no construtivismo e se distancia do realismo tradicional em se tratando de temas de segurança. (Silva & Pereira, 2019, p.3)

A conexão entre migrações internacionais e segurança tem exercido um papel cada vez mais marcante na vida política e social dos países, o que pode ser atestado pela presença constante desse tópico nas políticas públicas dos governos. A vinculação do tema migratório com a segurança (securitização), do ponto de vista teórico, tem por base o estudo desenhado por Barry Buzan e outros autores da Escola de Copenhaga (*Copenhagen Peace Research Institute*) que consideram que tratando uma questão como ameaça a um objeto, seja ele Estado ou sociedade, são justificados recursos extraordinários para assegurar a sua sobrevivência (Buzan et al., 1998).

A segurança societal não é o mesmo que a segurança social. Segurança social é sobre indivíduos e a segurança societal é sobre coletividades e a sua identidade. O conceito de segurança societal, no entanto, refere-se não a este nível individual, mas ao nível de identidades coletivas e ações tomadas para defender tais “identidades”. (Buzan et al., 1998, p. 120)

Foi Buzan (1991) que questionou (“*What is the referent object for security?*”) a centralização da segurança apenas no nível estatal e propôs a sua análise para uma forma multidimensional, ampliando-se sectorialmente (alimentos, energia, saúde...) e nas escalas internacional, nacional e individual.

A perspectiva abrangente da Escola de Copenhaga apresenta uma nova estrutura para a análise do tema, afastando-se do modelo bipolar anterior que identificava a ameaça como sendo um Estado, ao entender a ideia de segurança das coletividades humanas e dos Estados de forma conjunta. Assim, segundo Buzan et al. (1998), os estudos de segurança devem

---

<sup>4</sup> Estabelecida nos anos 80 e imbuída pelas preocupações teóricas que caracterizaram a época. Ela objetivava desenvolver um conjunto de conceitos e quadros analíticos para viabilizar a análise de segurança internacional sob uma perspectiva abrangente (Tanno, 2003).



incorporar tanto as questões militares quanto as políticas, económicas, ambientais e sociais.

A questão militar envolve o uso da força e da coerção por agentes militares; a política abrange as ameaças à estabilidade organizacional do Estado; a social corresponde às relações entre identidades coletivas em uma sociedade determinada; a econômica compreende as ameaças relacionadas à dinâmica econômica internacional e seus reflexos sobre a realidade doméstica; e a ambiental implica nas relações entre as atividades humanas e a biosfera planetária. (Silva & Pereira, 2019, p.5)

A teoria desenvolvida pela Escola de Copenhaga é a basilar nesse trabalho por possibilitar alargar o entendimento de objeto referente para além do Estado, viabilizando assim identificar as migrações como ameaça e, assim, securitizá-la em razão das consequências que elas podem produzir a alguns elementos fundamentais do Estado (política, economia, sociedade, meio ambiente).

A securitização leva um tema adiante dos princípios pré-definidos na política. Os temas podem ser definidos como: não-politizado, politizado e securitizado. Compreende como não-politizado um tema que o Estado não está envolvido no debate, politizado quando o tema entra no debate e faz parte da agenda do Estado por meio de ações definidas nas políticas estatais, e, securitizado quando um tema requer uma ação imediata e emergencial sobre o determinado assunto (Buzan et al., 1998).

Esse processo de abordagem que visa enquadrar questões multissetoriais no bloco securitário é dinâmico e se modifica de acordo com a ação dos agentes securitizadores e das estruturas. De acordo com Buzan et al., (1998) o que determina é a necessidade que a própria população demonstra de securitizações de determinados temas e a narrativa construída.

O sucesso da securitização de um tema, segundo Silva e Pereira (2019), depende: da análise dos discursos de securitização e da recepção da audiência; da identificação do agente securitizador, justificando-se os motivos pelos quais se identificou esse agente como responsável pelo movimento de securitização analisado; e da análise das medidas emergenciais adotadas para lidar com as ameaças existenciais e sua respetiva legitimação por parte da audiência, questões essas que servirão de base de análise para esse trabalho de investigação.

<sup>5</sup> Um tema, ao ser securitizado, ele deixa a esfera da política normal e assume um caráter emergencial.



O agente securitizador, um dos fatores que definem o sucesso da securitização, segundo Silva e Pereira (2019), corresponde “ao ator político capaz de demonstrar que determinado tema precisa ser reconhecido pelo público como uma ameaça existencial”. A definição desse termo é focada no Estado, pois a maioria das securitizações são realizadas por atores políticos, deixando assim, segundo a Escola de Copenhague, a abordagem de securitização “não obrigatoriamente centrada no Estado mas, de alguma forma, relacionada em razão de sua interferência” (Buzan e Wæver, 2003). Segundo Floyd (2007), para que a securitização se operacionalize, o agente securitizador precisa ter capacidade política (Wæver denomina “*means*”), para que esse esforço não seja frustrado e resulte em retórica baseada no medo, sem repercussão na audiência e sem a consequente prática securitária sobre a ameaça identificada (Floyd, 2007).

O discurso securitário, segundo fator que define o sucesso da securitização, de acordo com Silva e Pereira (2019), tem como foco o argumento de segurança e como referência a soberania do estado securitizador (Buzan et al., 1998). Em teoria, o processo de securitização pode ser chamado de ato de fala: ao dizer palavras, algo é feito (Austin, 1975; Wæver, 1989). Um ato de fala bem-sucedido, segundo Buzan e Wæver, ocorre quando os membros de uma comunidade desenvolvem significado em termos de uma ameaça a algo ao qual eles coletivamente atribuem valor e exigem medidas emergenciais (Buzan e Wæver., 2003).

Medidas emergenciais, terceiro aspecto que define o sucesso da securitização, segundo Silva e Pereira (2019), é entendido como o rompimento com as políticas ou regras estabelecidas, justificando ações fora dos limites normativos estruturados (excepcional e temporária). Geralmente, no entanto, as “medidas de emergência” são projetadas e desenvolvidas no âmbito dos debates sobre políticas comuns (Buzan et al., 1998). A legitimação dessas medidas, segundo Buzan et al. (1998), adotadas a partir do reconhecimento de existência percebida de uma ameaça que afete a sobrevivência do Estado e a proteção de sua população, decorre da ressonância do discurso securitário e de sua recepção pelo público ante a ameaça existencial apresentada, resultando na desobrigação da adoção de procedimentos ou regras tradicionais.

O agente securitizador não constrange para a adoção de uma medida de emergência, apenas adota a narrativa da existência de uma ameaça que ganha ressonância suficiente para a criação de uma plataforma a partir da qual é possível legitimar medidas de emergência. (Buzan et al., 1998, p.25)



### 2.3. Modelo de análise

O modelo de análise (Quadro 1) que sustenta a investigação, assenta em três dimensões, nomeadamente o agente securitizador, o discurso securitário e as medidas emergenciais, tendo como conceito estruturante a securitização.

As três dimensões propostas baseiam-se em Silva e Pereira (2019) e foram conceituadas no tópico anterior. Cabe ressaltar algumas delimitações conceituais, nomeadamente o balizamento do agente securitizador como sendo um ator político; a definição do discurso com referência a soberania do estado securitizador; e as medidas emergenciais caracterizadas pelo rompimento com as políticas ou regras estabelecidas (anexo A).

A fim de estruturar a pesquisa, foram definidos indicadores para cada uma das três dimensões definidas por Silva e Pereira (2019). Esses indicadores, estabelecidos a partir do suporte teórico e conceitual estruturado por autores como Buzan et al. (1998), Balzacq (2005), Stritzel (2007) e Roe (2008), nortearam a condução da investigação.

Na primeira dimensão, do agente securitizador, os indicadores definidos foram o propósito e a relevância do ator. O propósito visto como motivo pelo qual o agente securitizador tomou a decisão de elevar a discussão do tema ao nível superior e a relevância definida pela função exercida e pelo grau de influência política desse ator. Na segunda dimensão, o local, a amplitude e a quantidade foram os indicadores empregados. O local assentado no ambiente onde o discurso foi proferido, a amplitude definida pela dimensão e nível da audiência e a quantidade traduzida pelo número de discursos realizados. Na terceira dimensão, os indicadores foram o amparo jurídico e as medidas adotadas. O amparo jurídico determinado pelas normas estabelecidas a fim de se estabelecer a medida emergencial e as medidas adotadas definidas pelas ações realizadas que materializam o processo securitário.

Quadro 1 - Mapa Conceptual

CONCEITO	DIMENSÕES	INDICADORES
Securitização	Agente securitizador	Propósito
		Relevância
	Análise do discurso securitário	Local
		Amplitude
		Quantidade
	Medidas emergenciais	Amparo Jurídico
		Medidas adotadas



### **3. Metodologia**

A temática em análise insere-se no domínio de investigação das Ciências Militares, no domínio dos Elementos Nucleares e mais especificamente na área de investigação dos Estudos de Segurança Interna e dos fenómenos criminais (IUM, 2019).

O percurso metodológico congregou três fases: exploratória (revisão bibliográfica, identificação da QC, QD e construção do mapa conceptual); analítica (recolha, análise e apresentação dos dados); conclusiva (discussão dos resultados, apresentação das conclusões, contributos para o conhecimento, limitações, sugestões para estudos futuros e recomendações) (Santos & Lima, 2019).

O raciocínio desenvolvido ao longo da investigação foi dedutivo, assentado numa estratégia de investigação qualitativa e desenvolveu a metodologia do estudo comparativo, pois pretendeu-se estudar dois casos contrastantes, recorrendo a métodos idênticos. A lógica da comparação tem subjacente a ideia que os fenómenos sociais são mais facilmente apreendidos se forem comparados com outros casos ou situações, que apresentem diferenças significativas entre si (Bryman, 2016).

O desenvolvimento do trabalho foi acompanhado das temporalidades e influências de dinâmicas históricas e globais, regionais e locais. A baliza temporal, quando necessário, regressou a períodos anteriores. Neste sentido, esta metodologia ofereceu a possibilidade da construção de análises de forma paralela à discussão teórica dos atores.

A estratégia de investigação foi qualitativa, uma vez que se procurou atribuir significados através dos padrões encontrados durante a interpretação dos fenómenos observados, sendo que a recolha de dados foi efetuada recorrendo à análise documental de estudos publicados, de diplomas legais e documentos estratégicos a fim de clarificar conceitos relacionados com a securitização da imigração (Santos & Lima, 2019).

No que concerne ao tratamento de dados foi utilizada uma técnica de análise de conteúdo (Santos & Lima, 2019). O modelo proposto foi segmentado em três partes, correspondendo aos OE identificados, conforme quadro abaixo:



Quadro 2 – Técnica de tratamento de dados

Objetivo Específico	Ferramenta Metodológica (Klotz e Prakash, 2008)
OE 1 - Identificar o agente securitizador da temática migratória no Brasil e na Itália.	Revisão bibliográfica Análise de conteúdo
OE 2 - Analisar o discurso securitário utilizado pelo Brasil e pela Itália, no contexto das migrações, e a sua recepção pela audiência.	Revisão bibliográfica Análise de conteúdo Análise de discurso
OE 3 - Identificar as medidas emergenciais migratórias adotadas pelo Brasil e pela Itália para lidar com as ameaças existenciais.	Revisão bibliográfica

Observação: A opção por entrevistas foi descartada pela dificuldade de acesso às autoridades políticas (Brasil e Itália) envolvidas no processo decisório e pela restrição de tempo.

A metodologia adotada para a elaboração da presente investigação teve por base os princípios da investigação aplicada com o objetivo de encontrar uma aplicação prática para os novos conhecimentos no decurso da realização de trabalhos (Santos & Lima, 2019).

Quanto à ontologia, assume-se uma posição de ‘construtivismo’, uma vez que os fenómenos sociais e os seus significados estão constantemente sendo executados pelos atores sociais (Santos & Lima, 2019). Essa teoria argumenta que o aspeto social é o mais importante das relações internacionais e sustenta que todas as instituições, incluindo o Estado, são socialmente construídas, pressupondo que as normas coletivas e a identidade social, tendo como instrumentos as ideias e discurso, moldam o comportamento. Quanto à abordagem epistemológica assume-se uma posição ‘interpretativista’, pois pretende-se com o conhecimento derivado desta investigação, mais do que explicar ou identificar uma relação causa-efeito, visa compreender o processo específico do fenómeno estudado (Santos & Lima, 2019).



#### 4. Agente securitizador da temática migratória no Brasil e na Itália

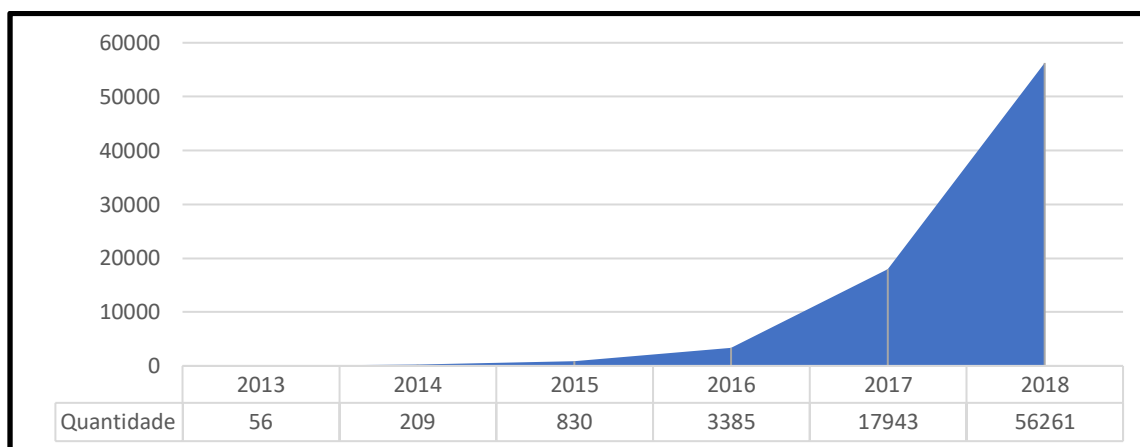
##### 4.1. Agente securitizador no Brasil.

No Brasil, as discussões políticas em torno da temática migratória no Estado de Roraima iniciaram-se em 2015 e intensificaram-se a partir de 2016 com o aumento exponencial das solicitações de refúgio e a consequente precarização dos serviços públicos essenciais do Estado como saúde, educação e segurança.

Desde 2015, Senadores da República, nomeadamente o Senador Telmário Mota e a Senadora Ângela Portela, utilizavam os seus discursos no Plenário para apresentar a situação migratória do Estado de Roraima e as consequências desse fluxo, cobrando a participação federal na formulação da solução do problema.

Nesse período, do final de 2015 a agosto de 2016, estava em curso no Brasil o processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, o que dificultou a inserção das discussões da temática migratória aos níveis decisores federais. A partir de agosto de 2016, após o encerramento desse processo e a assunção efetiva do ex-presidente Michel Temer, o Governo Federal incorporou a temática na agenda nacional, instigado pela narrativa dos Senadores Telmário Mota e Ângela Portela, mas também em razão boa receptividade e das percepções securitárias do Ministro Sérgio Etchegoyen do Gabinete de Segurança Institucional e do Ministro Raul Julgmann da Segurança Pública, além da influência do Senador Romero Jucá, líder do Governo no Congresso.

Em 2017, meses após a mudança de Governo, alguns indicadores apresentavam o agravamento migratório materializado sobretudo pelo aumento significativo de solicitações de refúgio no Brasil (Gráfico 1).



**Gráfico 1 - Solicitações de Refúgio no Brasil**

**Fonte:** Disponível em Cerávolo (2019).





Fruto desse cenário, foram intensificadas as intervenções políticas, manifestando os impactos danosos do fluxo migratório para a região, sobretudo pelos Senadores Telmário Mota, Ângela Portela e Romero Jucá; pela então Governadora de Roraima Suely Campos; e pelos Prefeitos de Boa Vista e Pacaraima, Tereza Surita e Juliano Torquato, todos buscando influenciar o processo decisório federal.

Das autoridades acima identificadas, pela relevância política a nível nacional, foram os Senadores Romero Jucá, Telmário Mota e Ângela Portela que capitanearam e fomentaram as demandas estaduais e municipais com o propósito de identificar a migração venezuelana como ameaça humanitária fim de integrar o governo federal no problema facilitando assim o acesso a recursos, sejam eles materiais, financeiros ou humanos. Além desse propósito, as eleições para Senador da República que renovaria dois terços das cadeiras em 2018 impulsionou a participação desses políticos a representarem as demandas do povo roraimense.

O Senador Romero Jucá, uma autoridade política de relevo no Brasil com forte ligação com o Estado de Roraima desde 1986, além de ter ocupado cargos políticos relevantes como o de governador de Roraima, Ministro da Previdência Social e Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, cumpriu três mandatos de Senador pelo estado de Roraima. No período do Governo Temer foi líder do governo no Congresso Nacional de agosto de 2016 a agosto de 2018. (Federal, 2020). A Senadora pelo estado de Roraima, Ângela Portela é professora, tendo desempenhado funções de deputada federal de 2006 a 2010, oportunidade em que foi eleita para o Senado Federal. A sua ligação com o Estado de Roraima inicia-se em 2002 quando seu marido, Flamarion Portela, é eleito Governador do Estado de Roraima (Federal, 2020). O Senador Telmário Mota, roraimense natural do município de Normandia, se graduou em economia e iniciou sua carreira política em 2008 como vereador da cidade de Boa Vista. Após participar de diversos pleitos como candidato, elegeu-se Senador da República em 2014 (Federal, 2020).

No final de 2017, fruto de discursos e influência desses representantes do povo, diversas personalidades políticas da República percorreram o Estado de Roraima a fim de verificar, *in loco*, a situação migratória. Dentre essas autoridades, as duas que catalisaram o esforço foram o Chefe Gabinete de Segurança Institucional e o ministro da Segurança Pública, funções essas que compõem a estrutura do Conselho de Defesa Nacional (CDN), órgão consultivo do Presidente da República do Brasil para assuntos de segurança nacional, política externa e estratégia de defesa.



Essas duas autoridades, embora não consideradas nessa investigação com agentes securitizadores, se mostraram extremamente relevantes no processo securitário por atuarem como autoridades decisórias intermediárias, de confiança do Presidente, que capitanearam os esforços dos agentes securitizadores para transformar as narrativas em ações.

A partir de 2018, após um período de observações, verificações e apreciações, autoridades dos Governos Federal, Estadual e Municipal intensificaram as interações a fim de buscar abordagens e soluções ao problema migratório no Estado mais setentrional do Brasil. Como resultado, em fevereiro ocorreu um encontro no Palácio do Governo Estadual em Boa Vista, de portas fechadas, onde estiveram presentes os ministros de Estado da Defesa, da Segurança Pública, do Gabinete de Segurança Institucional, os Senadores de Roraima Romero Jucá, Ângela Portela e Telmário Mota, além da governadora de Roraima, da Prefeita de Boa Vista e do Prefeito de Paracaima (Costa, 2018).

Na sequência desse encontro, o Governo Federal Brasileiro assume protagonismo promulgando a Medida Provisória (MP) Nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, resultante da exposição de motivos apresentada por Padilha, Jardim, Jungman e Etchegoyen (2018) na qual o Governo brasileiro reconhece a situação de vulnerabilidade do Estado de Roraima. Essa medida apresenta as medidas de amparo emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade consequente de fluxo migratório provocado pela crise humanitária venezuelana.

Do acima exposto, verifica-se que foram identificadas diversas entidades que participaram do processo securitário. No entanto, em conformidade com a definição de agente securitizador, os atores políticos que foram capazes de demonstrar que a migração venezuelana precisava ser reconhecida como uma ameaça existencial foram os Senadores da República Romero Jucá, Ângela Portela e Telmário Mota que, para essa pesquisa, foram reconhecidos como agentes securitizadores pela relevância política a nível nacional e pelo propósito de integrar o governo federal à crise humanitária roraimense, o que foi logrado por meio da influência em atores do nível decisório intermediário como os Ministros Sérgio Etchegoyen e Raul Jungman.



#### 4.2. Agente securitizador na Itália

Em Itália, a discussão política em torno da securitização da temática migratória ganhou força com a assunção de Matteo Salvini e Luigi di Maio na chefia de dois importantes partidos políticos italianos, respectivamente a *Lega Nord* e o Movimento *Cinque Stelle* (Salazar, 2019).

Matteo Salvini se formou em ciências humanas e jornalismo. Membro da *Lega Nord* desde 1990, foi eleito Secretário Geral do Partido em 2013. Iniciou sua carreira política em 1993 como conselheiro municipal em Milão. Em 2008, foi eleito para a Câmara dos Deputados e, em 2009 assumiu ao cargo de deputado no Parlamento Europeu, que permaneceu até 2018 quando foi eleito Senador da República. Neste mesmo ano, foi nomeado Ministro do Interior e vice-presidente do Conselho de Ministros (vice-primeiro ministro) (permanecendo até setembro de 2019) (Interior, 2020).

Luigi di Maio formou-se em direito e trabalhou na área jornalística. Iniciou a sua participação política no Movimento *Cinque Stelle* em 2007, tendo assumido a chefia do Movimento em 2017 com mais de 82% dos votos. Dentre os cargos eletivos políticos assumidos, destaca-se o de Deputado pelo distrito de Campânia em 2013. No Governo, assumiu funções como a de vice-presidente da Câmara dos Deputados, tornando-se o mais jovem a assumir o cargo (2013 a 2018); Ministro do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Políticas Sociais (2018 e 2019) (Económico, 2020).

A ascensão desses atores na liderança de partidos políticos é resultante de um processo de renovação geracional e ideológica fundamentada numa visão mais nacionalista e protecionista que ganhou visibilidade em função de crises económicas e políticas, assim como em razão de questões migratórias e ataques terroristas que abriram a possibilidade da inserção do discurso da reinvenção (Albertazzi, Giovannini e Seddone, 2018). O propósito dos agentes analisados é tratar a migração como ameaça societal, securitária e económica a fim de justificar medidas excepcionais apoiadas pela opinião pública. Relacionando essas três ameaças, os políticos identificam a interrupção da imigração como prioritária a fim de otimizar a economia e manter características da sociedade italiana.

O alcance e influência desses atores políticos foi potencializado com a nomeação de Luigi di Maio para o cargo de Vice-presidente da Câmara dos Deputados em 2013 e Ministro do Desenvolvimento Económico, Trabalho e Políticas Sociais em 2018, e de Matteo Salvini para a chefia do Ministério do Interior e Vice-presidente do Conselho de Ministros (vice-primeiro ministro) em 2018, incorporando-os no conceito tradicional de agente securitizador



que Silva e Pereira (2019) referem como ator político com capacidade de demonstrar que determinado tema precisa ser reconhecido pelo público como uma ameaça existencial.

Esses atores não estão sozinhos quando se trata de securitizar a imigração. Eles representam alguns dos muitos líderes italianos que continuam a ganhar significativa empatia política, pública e eleitoral por sua abordagem e narrativa anti-imigração como o ex-primeiro-ministro e atual deputado do Parlamento Europeu Sílvio Berlusconi e a deputada italiana Giorgia Meloni (Salazar, 2019).

Do acima exposto, verifica-se que Matteo Salvini e Luigi di Maio foram atores políticos capazes de demonstrar a migração como ameaça. Para essa pesquisa, esses políticos serão tratados como agentes securitizadores pela relevância política à nível nacional e pelo propósito de integrar o governo nacional à crise migratória imputando aos movimentos migratórios os infortúnios económicos e a fragmentação cultural da sociedade italiana, narrativa que de alguma forma repercutiu ao nível das instituições europeias.



## **5. Discurso securitário.**

### **5.1. Discurso securitário no Brasil**

O discurso securitário no Brasil tem início em 2015 e intensifica-se em 2017 fruto da elevação do debate ao nível federal. Os Senadores Telmário Mota e Ângela Portela protagonizaram a narrativa, tendo o Senador Romero Jucá menos manifestações discursivas em razão de sua função de liderança do Governo, mas sendo fundamental na articulação política.

De 2015 a 2018, período delimitado nessa investigação, o Senador Telmário Mota, por doze, e a Senadora Ângela Portela, por quatro oportunidades, utilizaram seus espaços na Tribuna Federal para inserir a temática migratória no âmbito federal, apresentando a situação e os reflexos do movimento migratório, constatando os efeitos da crise sobretudo nos setores sanitário, securitário e social, expondo o crescimento do número de refugiados e de pedidos de refúgio e exigindo ação integrada a fim de buscar solução definitiva, informações essas disponíveis nos apêndices A, B e C.

Em 2016, o Senador Telmário Mota expôs no Plenário a situação da migração venezuelana, apresentando os reflexos para as cidades de Boa Vista e Pacaraima, sobretudo relacionados à falta de emprego, prostituição e condições humanitárias. Nesta oportunidade, pressionou o Governo Federal relatando que o sistema de saúde do Estado não suportaria e que seria o momento de agir (Senado Federal, 2016).

Em 2017, o Senador realçou ter sido o primeiro parlamentar a manifestar preocupação com esse movimento migratório, destacando novamente o aumento do número de imigrantes, o acréscimo exponencial dos pedidos de refúgio, o incremento das solicitações de carteira de trabalho (apesar da falta de oportunidades de emprego no Estado) e a alarmante crise sanitária. Segundo o Senado Federal (2017b, 8.º parágrafo) “Roraima vive uma crise enorme na área de saúde. Quarenta por cento dos leitos do Hospital Geral do Estado e nos prontos-socorros são ocupados por venezuelanos”. Diante da falta de resposta do Governo Federal, propôs uma reunião do mais alto nível incluindo a Governadora de Roraima e os Prefeitos de Boa Vista e Pacaraima (Senado Federal, 2017b, 2017d, 2017e). Nesse mesmo ano, a Senadora Ângela Portela advertiu para a precariedade das condições gerais do Estado e apresentou dados sobre o aumento significativo das solicitações de refúgio, da situação do sistema de saúde pública do Estado, do aumento da prostituição sobretudo de jovens e da precarização do sistema de segurança, quantificado pelo aumento do número de crimes.



Não há como operar na repressão à criminalidade, uma vez que a BR-174, que liga os dois Estados, é utilizada como verdadeiro corredor do tráfico de drogas que entram pela fronteira. Relatórios da inteligência e estatística apontam para o aumento da incidência de crimes na cidade de Pacaraima, a 260 quilômetros de Boa Vista. Queremos uma atuação preventiva das Forças Armadas para coibir a entrada desses criminosos e evitar que Roraima se transforme em corredor de passagem de ilícitos. (Senado Federal, 2017c, 4.º, 5.º e 9.º parágrafos)

A Senadora expos ainda algumas ações desenvolvidas pelo Governo Estadual como o estabelecimento do Gabinete Integrado de Gestão Migratória e cobrou providências urgentes do Governo Federal para integrar esforços, propondo a atuação das Forças Armadas. Apresentou ainda a responsabilização legal do Governo Federal nesse processo migratório, descrito na Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88) e na lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017) onde se destaca, respetivamente, a solidariedade mútua do sistema federativo e a acolhida humanitária por meios de políticas públicas. Finalizou comunicando que essas informações haviam sido repassadas ao Presidente Temer que havia se sensibilizado e que se reuniria com o Ministro da Defesa para tratar dessas questões (Senado Federal, 2017a, 2017c).

No início de 2018, antecedendo a promulgação da MP Nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, na qual o Governo brasileiro reconhece a situação de vulnerabilidade do Estado de Roraima, o Senador Telmário Mota discursou iniciando por ressaltar novamente ter sido o primeiro parlamentar roraimense a levantar a preocupação com esse movimento migratório. Salientou o caos social e económico vivido pelo Estado de Roraima e insistiu na participação do Governo Federal na busca de uma solução definitiva.

E nós estamos insistindo muito para que o Governo Federal cumpra com a sua parte, vá até Roraima e busque uma solução definitiva, porque o Estado de Roraima vive hoje à beira do colapso económico e social, talvez uma crise sem precedente na nossa história. (Senado Federal, 2018b, 8.º parágrafo)

Destacou a ida de uma comitiva de ministros indicada pelo Presidente para verificar a situação de Roraima *in loco*, com destaque para a participação dos ministros Raul Jungmann e Sérgio Etchegoyen. Além disso, criticou a assinatura do Decreto 9.277, de 5 de fevereiro de 2018, que dispôs sobre a identificação do solicitante de refúgio, alegando que resultaria no aumento da demanda pelo processo migratório (Senado Federal, 2018a, 2018b, 2018c).



Fruto dessas narrativas, somado à influência do Senador roraimense Romero Jucá (líder do Governo no Congresso Nacional) que apresentava percepções alinhadas com os Senadores Telmário Mota e Ângela Portela, e da visão estratégica do General Etchegoyen e do Ministro Raul Jungmann (quanto a fragilidade do Estado que apresenta singularidades relacionadas à localização, abastecimento elétrico, ordenamento territorial, além de outras características próprias da região mais setentrional do Brasil), o discurso securitário ganha força no final de 2017 e início de 2018, resultando no encontro de autoridades federais, estaduais e municipais, em fevereiro de 2018, no Palácio do Governo de Roraima, de portas fechadas.

Após essa reunião, os Ministros da Casa Civil, da Justiça e Segurança Pública, da Defesa e o Chefe do Gabinete de segurança Institucional da Presidência apresentaram ao Presidente da República uma exposição de motivos para a aprovação do Projeto de Medida Provisória que dispunha sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de crise humanitária (anexo B), onde se destaca a apresentação dos impactos do fluxo migratório na região, a necessidade de controlar e ordenar esse crescente fluxo migratório para assegurar a dignidade dessa população diante de um cenário de risco de ofensa aos direitos humanos e à dignidade da população envolvida na crise humanitária (Salazar, 2019). O ponto focal dos argumentos apresentados são prioritariamente direcionados na ajuda humanitária e segurança, posições essas defendidas pelos Senadores Telmário Mota e Ângela Portela em seus posicionamentos.

Ainda em 2018, após a assinatura da MP nº 820, os Senadores Telmário Mota e Ângela Portela discursaram por mais sete vezes, sendo cinco pelo Senador e dois pela Senadora. O Senador destacou a divulgação na mídia nacional da situação migratória venezuelana, enfatizando a entrada de cerca de mil pessoas diariamente e o ressurgimento de epidemias erradicadas no Brasil como o sarampo. Ressaltou a necessidade de mais recursos para fazer face à necessidade educacional, sanitária e securitária (Senado Federal, 2018f, 2018g, 2018h, 2018i, 2018k). Logo após a assinatura da MP, a Senadora destacou a participação de uma delegação de ministros do Governo Federal, além do próprio presidente, na reunião ocorrida em Boa Vista, envolvendo toda classe política de Roraima, para divulgar as medidas a serem implementadas. A Senadora ressaltou que muitas das ações anunciadas já estavam sendo defendidas no Plenário como a possibilidade de aproveitar as capacidades de trabalho dos migrantes. Apresentou dados atualizados como um acréscimo de cerca de 12% da população



do Estado resultando no forte aumento da demanda por serviços de saúde, educação e segurança, com destaque a pressão sobre a rede de saúde.

O impacto da imigração venezuelana aumentou em 70% a pressão sobre a rede de saúde e tende a chegar ao mesmo nível na rede de educação à medida que a presença dos imigrantes se torne mais estável. Impacto mais difícil de mensurar se dá sobre a segurança, mas é também extremamente elevado. É na segurança que se registram episódios mais dramáticos, que pressionam por soluções mais urgentes. (Senado Federal, 2018e, 16.º e 18.º parágrafos)

A Senadora evidenciou que, legalmente, a responsabilidade fundamental pela segurança, diante da realidade vivida por Roraima, é do Governo Federal de acordo com os Art. 21 e 22 da CF/88 que prescrevem que compete à União manter relações com Estados estrangeiros e que apenas a União pode legislar sobre emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros. Além disso, ressalta-se ser de competência exclusiva da União promover a defesa contra as calamidades públicas (Senado Federal, 2018e, 2018j).

O Senador Romero Jucá, por ter sido alçado à posição de líder do Governo no Congresso logo após a assunção do Presidente Temer, priorizou mais a articulação política às exposições no Plenário do Senado. Sua posição de liderança do Governo no Congresso o colocou numa posição de articulação privilegiada, tanto no poder Executivo quanto no Legislativo, possibilitando influenciar de forma direta o processo decisório da questão migratória no seu Estado. No dia da assinatura da MP nº 820, ele apresenta um discurso no qual ressalta a articulação de uma reunião de emergência no Palácio do Governo envolvendo todas as forças políticas e o presidente para anunciar que o presidente faria algumas medidas. Nessa oportunidade reconheceu o apoio de Ministros como os da Defesa e o do Gabinete de Segurança Institucional (Senado Federal, 2018d).

Assim, conclui-se que o discurso securitário no Brasil, conduzido pelos Senadores da República Romero Jucá, Ângela Portela e Telmário Mota, atores identificados como agentes securitizadores, foi centrado na ameaça societal e securitária e focado na ajuda humanitária a no amparo ao Estado de Roraima, sendo reconhecida a necessidade de alçar a discussão migratória à nível federal a fim de buscar uma solução permanente à questão humanitária venezuelana. Os principais argumentos securitários evidenciados pelos Senadores foram a inaptidão do Estado de Roraima em arcar desamparadamente com a crise social, económica, sanitária e de segurança, situação essa considerada pela Senadora Ângela Portela um verdadeiro drama humanitário.





## 5.2. Discurso securitário na Itália

Antecedendo a análise do discurso securitário conduzido pelos agentes Matteo Salvini e Luigi di Maio, é fundamental o entendimento sucinto das políticas migratórias adotadas pela UE, que resultaram no surgimento de lideranças com discursos securitários nacionalistas e protecionistas.

Na UE, a defesa do tratamento equitativo dos fluxos migratórios ganhou relevância no Programa de Tampere, em 1999 (Europeu, 1999), sendo fortemente impactado pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 que resultou no relacionamento da imigração ilegal ao terrorismo. A UE, receando que essa onda migratória reacendesse soluções nacionalistas pontuais, reforçou a narrativa da segurança, reafirmando ser a imigração a questão mais premente do Conselho Europeu (Prodi, 2001).

Em 2004, o ataque terrorista em Madrid, aliado a incidentes envolvendo imigrantes no Mediterrâneo e ao alargamento da UE a leste, exigiram da UE uma reestruturação de suas políticas migratórias. Nesse contexto, em 2005, emerge o Programa de Haia com a finalidade de regular os fluxos migratórios e controlar as fronteiras externas (Europeia, 2005).

A início da década de 2010, fruto da dificuldade da UE em controlar de forma eficiente o fluxo migratório, foi definida uma nova estratégia que teve como ponto de partida o reforço do FRONTEX<sup>6</sup> para vigilância e controle marítimo (Guild & Bigo, 2010) e, mais a longo prazo, o estabelecimento de uma nova política de segurança interna baseada nos programas de Tampere e Haia, denominada Programa Estocolmo, que identificou como prioridades a necessidade de controles fronteiriços fortes para combater a imigração ilegal e a criminalidade (Europeu, 2010).

Quando esse Programa começa a ser implementado emergem acontecimentos como a Primavera Árabe que refletem no aumento exponencial do fluxo migratório o que torna mais complexo o controle dos fluxos migratórios. Nesse contexto, como Itália começou a ser diretamente afetada pelo fluxo migratório proveniente da rota denominada Mediterrâneo Central, reacendem movimentos nacionalistas e protecionistas capitaneados sobretudo por Matteo Salvini e Luigi di Maio, políticos que nesse período já apresentavam influência política e que ocuparam cargos relevantes no período delimitado neste trabalho.

<sup>6</sup> A Frontex, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, foi criada em 2004 para ajudar os Estados-Membros da UE e os países associados de Schengen a proteger as fronteiras externas do espaço de livre circulação da UE (Neal, 2009).



Para a essa pesquisa, serão analisados três discursos de Matteo Salvini e dois de Luigi di Maio em razão da abordagem securitária. Os estudados de Matteo Salvini são os resultantes da participação do político no programa *DiMartedì*, de fevereiro de 2015 (apêndice D); no programa *HARDtalk* da BBC (anexo C), conduzido pelo jornalista inglês Stephen Sackur, de setembro de 2018; e na transmissão em direto nas páginas do *facebook* e *instagram*, em outubro de 2018 (anexo D). Os observados de Luigi di Maio são produtos da narrativa do político no programa *Il Fatto Quotidiano* de novembro de 2015 (apêndice E) e do debate no programa *La7 attualità* de julho de 2018 (apêndice F).

Matteo Salvini, nesses discursos, abordou não somente temas relacionados à imigração, mas foi incisivo na defesa de suas ideias securitárias. Em 2015 identificou, já como membro do Senado, na sua participação no programa *DiMartedì*, que a imigração alimenta os negócios de contrabandistas e de terroristas como os do Estado Islâmico (ISIS), além da rede criminosa baseada na Itália. Além disso, reconheceu a existência de cerca de cinco milhões de italianos necessitados que também tem os mesmos direitos dos que passam por sérias dificuldades econômicas e que não são devidamente subsidiados pelo Governo.

Na minha opinião, essa imigração alimenta os negócios de contrabandistas, do ISIS e daqueles que trabalham aqui. Assim, a imigração não enriquece nem os italianos nem as pessoas pobres. Somente aqui na Itália, temos 5 milhões de italianos que por razões econômicas não tem moradia, almoço ou jantar. Então eu fico não aceito quando ajudamos mais gente do outro lado do mundo enquanto temos refugiados italianos aqui dentro. (*DiMartedì*, 2015, 1.º e 2.º parágrafos).

Na entrevista de setembro de 2018, já no cargo de Vice-primeiro-ministro e Ministro do Interior da Itália, Salvini afirma que sua prioridade é reduzir o número de barcos de imigrantes e o número de mortes e que, após essa interrupção da imigração, irá focar no relançamento da economia da Itália, que é prioridade e emergência. Ele afirmou que a diminuição da imigração favorecerá a ordem social e a segurança pois ele assevera que das pessoas denunciadas e presas pela polícia italiana, diversos são imigrantes. Atestou ser contra a estrutura atual de apoio ao imigrante pois da forma que está sendo conduzida, está a apoiar o financiamento de quem contrabandeia armas e drogas para a Europa. Ele defende que “não podemos mais aceitar e pagar por todos os migrantes que chegaram à costa italiana”. Sua proposta é investir diretamente na África incluindo acordos de ajuda, de desenvolvimento e de repatriamento voluntário.



Precisamos de acordos que incluam o desenvolvimento da ajuda e o repatriamento voluntário com todos os países de onde essas pessoas são originárias. Na Europa, sempre temos espaço para os refugiados. Elas representam apenas 10% dos imigrantes. (BBC, 2018, 7.º parágrafo)

Salvini justifica uma resposta excepcional, baseado no princípio da securitização, alegando que a Itália poderá fazer sozinha contrariando o interesse de outros Estados da UE. Reforçou, ainda, a existência de “falsos refugiados” que na verdade trabalham para contrabandistas de armas e drogas e são uma ameaça à saúde e segurança.

Lembro que com o dinheiro que os traficantes recebem dessas pessoas desesperadas é utilizado na compra de armas, drogas e outros materiais ilícitos que mais tarde chegam à Europa. Não vou financiar quem contrabandeia armas e drogas para a Europa. (BBC, 2018, 5.º parágrafo)

Além disso, ressalta que as diferenças culturais, linguísticas, raciais, étnicas e religiosas impedem a inserção dos imigrantes na sociedade italiana e exige que a Itália proteja suas fronteiras.

Na transmissão em direto, em outubro de 2018, Salvini apresentou os objetivos da nova Lei de segurança e imigração, apelidada “Decreto Salvini”. Nessa oportunidade, ressaltou as mudanças propostas dentre as quais destacam-se o repatriamento de solicitante de refúgio que se envolver em ilícitos durante o processo de refúgio, a retirada da cidadania de imigrantes envolvidos em crime de terrorismo e a redução e análise detalhada das concessões humanitárias já emitidas.

Então, se um requerente de asilo chegar à Itália e solicitar asilo político e, durante o processo, se envolver com drogas, bater em um policial, roubar um idoso, assediar uma criança será imediatamente convocado pela comissão da prefeitura que informará: “Meu querido, você não é um refugiado, você é um delinquente e será enviado para casa no primeiro avião (Salvini 2018, 9.º parágrafo).

Ele reforça a narrativa do refugiado como ameaça para a sociedade, extrapolando assim sua narrativa para um ato estratégico afirmando que o aumento de solicitantes de refúgio pode corresponder ao aumento do terrorismo, o que exige uma resposta excepcional. Por fim, ele expressa que a solução dos problemas criminais da Itália está no fim da imigração ilegal.



Luigi di Maio, na sua participação no programa *Il Fatto Quotidiano em 2015*, período em que já ocupava a Vice-presidência da Câmara dos Deputados, ressaltou a importância da mudança das políticas migratórias a fim de evitar o colapso do sistema italiano que impactaria toda a UE; a necessidade da celeridade na análise dos processos de requisição de refúgio pelo impacto económico relevante que causam (pagamento de 30 euros diários durante o decorrer do processo, recurso esse não disponibilizado ao italiano necessitado). Luigi identifica a necessidade de maior envolvimento da UE e das Embaixadas Africanas no processo visando dar mais celeridade, além de enfraquecer o que ele denomina indústria da imigração.

Neste tema proponho: primeiro, devemos fortalecer as comissões fazendo o sindicato intervir nas comissões da UE para que elas levem muito menos tempo para fazer essa avaliação; segundo, damos a oportunidade às embaixadas da costa africana fazerem esse pedido; e terceiro, quebramos os interesses que temos na imigração, porque neste momento a imigração é uma indústria para algumas empresas. (*Il Fatto Quotidiano*, 2015, 4.º parágrafo)

No programa *La7 attualità*, em julho de 2018, oportunidade em que, além de Vice-presidência da Câmara dos Deputados, ocupava o cargo de Ministro do Desenvolvimento Económico, Trabalho e Políticas Sociais, Luigi di Maio destacou que o tratamento da questão migratória influenciava diretamente os níveis económicos de cada país. Identificou a necessidade da efetivação do movimento secundário (reassentamento dos imigrantes recebidos na Itália em outros países da UE) e a importância de integrar soluções migratórias e económicas visando a implementação de medidas mais eficazes.

Assim, conclui-se que o discurso securitário na Itália, conduzido pelos políticos Matteo Salvini e Luigi di Maio, atores identificados como agentes securitizadores, foi sustentado na ameaça societal, securitária e económica, considerando o imigrante como uma ameaça à cultura, idioma, etnia e raça italiana e identificando a solução anti-imigração como a única solução para salvar a economia italiana.



## 6. Medidas emergenciais migratórias.

Nessa etapa da investigação são identificadas as medidas emergenciais concebidas pelo Brasil e por Itália, no desenvolvimento do processo de formulação de solução à crise migratória, a fim de responder às ameaças identificadas nos discursos dos atores securitários. Foi ainda verificado o alinhamento dessas medidas com os métodos considerados duráveis<sup>7</sup> pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR):

Quadro 3 - Soluções duráveis

Solução Durável	Definição
repatriamento voluntário	A partir do momento que seu País de origem retorna à situação de paz e dignidade, os refugiados podem solicitar a proteção de sua Pátria.
integração no local	Quando os refugiados se integram ao País de acolhimento nos planos jurídico, econômico e social podendo requerer proteção.
reinstalação ou interiorização	Após um processo seletivo, os refugiados são transferidos do País de primeiro refúgio a outro que tenha aceitado acolher esses cidadãos na condição de residente permanente.

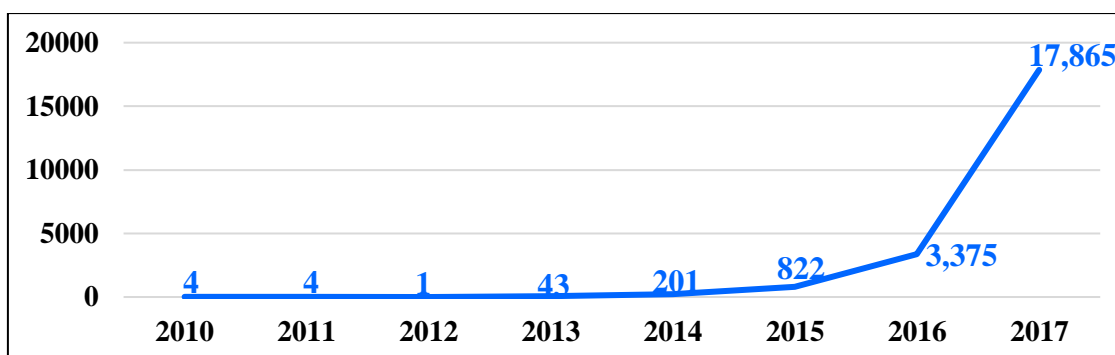
Fonte: Adaptado a partir de UNHCR (2011).

### 6.1. Medidas emergenciais migratórias adotadas pelo Brasil

No Brasil, antes de 2016, ações do governo estadual e das prefeituras locais já vinham sendo praticadas em conjunto com diversos atores como as organizações não governamentais e setores da sociedade civil, com a finalidade de assistir aos deslocados que chegavam ao Estado.

No entanto, iniciativas Estaduais e Municipais pontuais foram adotadas a partir do final de 2016, motivadas pelo aumento exponencial de imigrantes, retratado no gráfico abaixo, resultando na sobrecarga no sistema de saúde.

Gráfico 2 - Solicitações de Refúgios no Brasil



Fonte: Disponível em Brasil (2017).

<sup>7</sup> São formas que permitem resolver, de forma satisfatória e permanente, a situação dos imigrantes a fim de lhes proporcionar uma vida normal (UNHCR 2011).

<sup>8</sup> Conceitualmente, define-se migrante como o indivíduo que deixou seu lugar de residência habitual para se reassentar em outro lugar com o intuito de melhorar sua condição de vida. Refugiados, por sua vez, são indivíduos que tiveram de deixar seus países de origem forçadamente em função de perseguição política, étnica e/ou religiosa, sendo, portanto, passíveis de proteção jurídica internacional (Paiva e Leite, 2014).



Inicialmente, por iniciativa do Governo Estadual, foi decretada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), nos municípios de Boa Vista e Pacaraima (localizados nos Estado de Roraima), em decorrência dos impactos ocasionados pelo intenso e constante fluxo migratório no Sistema Único de Saúde (SUS) com a finalidade de agilizar os processos administrativos em função da desproporcional demanda (Roraima, 2016).

**Quadro 4 - Impactos dos venezuelanos no Sistema de Saúde Regional**

Custos (US\$)	2015	2016	2017 (abril)
<b>Internações</b>	US\$ 8.303,64	US\$ 9.599,26	<b>US\$ 12.786,57</b>
<b>Gasto total</b>	US\$ 5.853.683,61	US\$ 6.944.808,33	<b>US\$ 11.719.271,08</b>
<b>Cotação utilizada na conversão - 1USD=4,19BRL (29 Jan 20)</b>			

**Fonte:** Adaptado a partir de Franchi (2017).

O Governo Federal Brasileiro, frente a ameaça societal e securitária e resultante da narrativa dos agentes securitizadores, Senadores Telmário Mota, Ângela Portela e Romero Jucá, assume protagonismo com o agravamento da crise migratória em 2017 refletida diretamente na fronteira mais setentrional do Brasil, resultando na promulgação da MP Nº 820, de 15 de fevereiro de 2018<sup>9</sup>, resultante da exposição de motivos apresentada por (Padilha et al., 2018) na qual o Governo brasileiro reconhece a situação de vulnerabilidade do Estado de Roraima. Essa medida refere as determinações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Para regulamentar essa MP, foi expedido o Decreto Presidencial nº 9.285, que “reconheceu a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela” e o Decreto Presidencial nº 9.286, que “definiu a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial<sup>10</sup> para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”. Esse Comitê, que conta com representantes de diversos órgãos governamentais e ministérios, é coordenado por um Oficial General do Exército Brasileiro.

<sup>9</sup> A MP nº 820 (fevereiro de 2018), foi convertida para a Lei nº 13.684 (junho de 2018). Sobressaiu nessa substituição a maior abrangência e a integração, tanto governamental como não governamental.

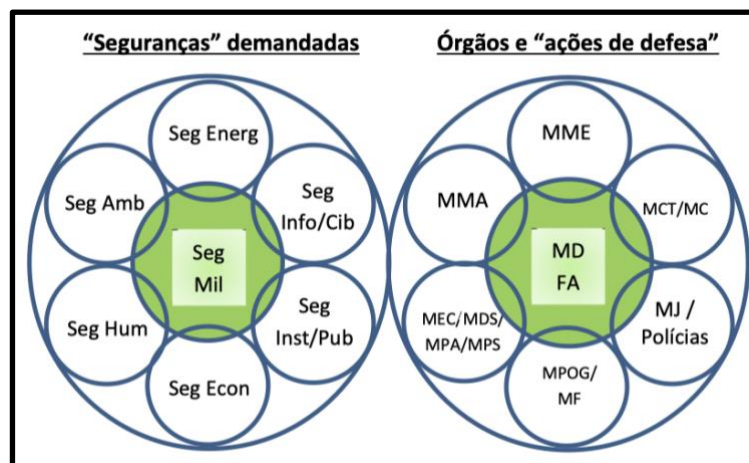
<sup>10</sup> Atribui-se à Casa Civil a função de presidência do Comitê, enquanto coube ao Ministério da Defesa a secretaria-executiva. Cabe ressaltar que o Comitê é de caráter Interministerial envolvendo, portanto, 12 ministérios (Paiva e Leite, 2014).



**Figura 1 – Comitê Federal de Assistência Emergencial**

**Fonte:** Disponível em Pazuello (2019)

Essa estrutura do Comitê Federal de Assistência Emergencial seguiu o modelo estruturado por Ferreira Neto (2013) que identificou órgãos e ações de defesa em função das seguranças demandadas, conforme figura abaixo:

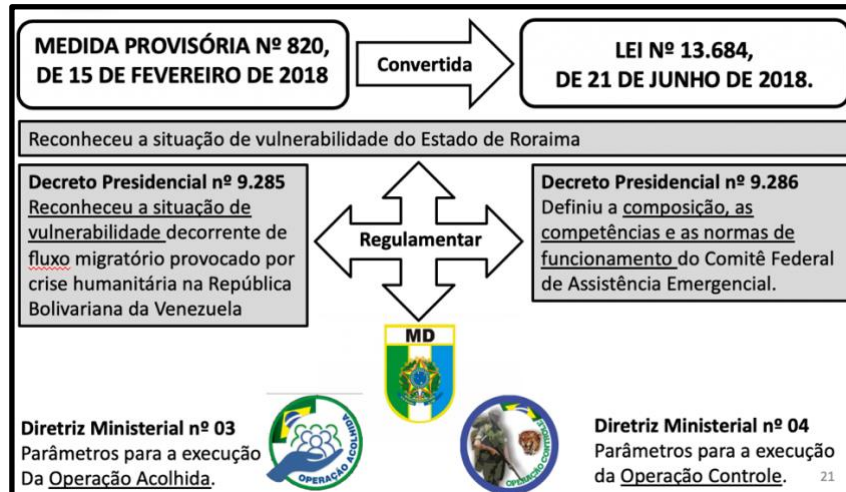


**Figura 2 – “Seguranças” demandadas e órgãos e ações de defesa**

**Fonte:** Disponível em Ferreira Neto (2013).

Fruto dos supracitados decretos, o Ministério da Defesa publicou as Diretrizes Ministeriais nº 03 e 04 de 2018, estabelecendo como critérios para as Operações Acolhida e Controle o acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos e a intensificação da vigilância da linha de fronteira Brasil-Venezuela, respectivamente.





### Figura 3 – Amparo Legal

A Operação Controle, estabelecida conforme a Diretriz Ministerial nº 04/2018, foi desencadeada pelo Exército Brasileiro com a finalidade de coibir os delitos fronteiriços, além de apoiar as ações de controle migratório, sob responsabilidade da Polícia Federal, tendo como área de operações o Estado de Roraima.

Assim, a fim de coibir os delitos transfronteiriços e apoiar as ações de controle migratório, sob responsabilidade da Polícia Federal, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, Grande Unidade sediada em Boa Vista com responsabilidade territorial pelo Estado de Roraima, a partir de 20 de fevereiro de 2018, passou a intensificar as ações de vigilância na linha de fronteira do Estado, por meio de ações militares preventivas e repressivas, particularmente na região dos pelotões especiais de fronteira de Pacaraima e de Bonfim e, em profundidade, nos eixos rodoviários oriundos da Venezuela e da Guiana.



**Figura 4 – Estruturação da Operação Controle**

**Fonte:** Disponível em De Oliveira (2018)



A Operação Acolhida, embora concebida como uma operação interministerial, a coordenação, administração e distribuição dos recursos humanos e financeiros ficou a cargo do Ministério da Defesa (MD). Por esse motivo, parte do planejamento se pautou na experiência e doutrina das Forças Armadas.

Sendo concebida conforme a doutrina militar vigente, ela pode ser classificada como operação humanitária, conjunta e interagências, que objetiva o acolhimento humanitário (rececionar, identificar, triar, imunizar, acolher e realocar) de imigrantes venezuelanos no estado de Roraima, consequente do fluxo migratório fomentado pela crise humanitária.

Essa Operação, que foi concebida alicerçada em 3 (três) pilares: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização, vem sendo conduzida por meio de uma Força-Tarefa Logística Humanitária que tem como missão cooperar com os Governos Federal, Estadual e Municipal na assistência emergencial para o acolhimento dos imigrantes provenientes da Venezuela que se enquadram nas normas legais e estão em situação de vulnerabilidade e desassistência.



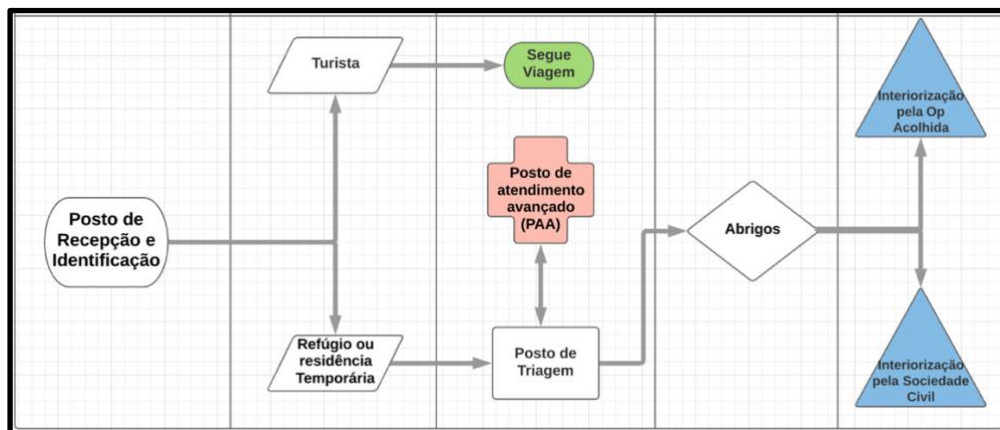
**Figura 5 – Pilares das Operações Controle e Acolhida**

**Fonte:** Adaptado a partir de De Oliveira (2018).

O processo de acolhimento tem início na fronteira e conta com a participação de diversas instituições / agências como as Forças Armadas Brasileiras, a Polícia Federal (PF), a Receita Federal (RF), a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), além de Organizações não Governamentais nacionais e internacionais e entidades. No Posto de Receção e Identificação, localizado em Pacaraima, o imigrante é orientado e rececionado em área de espera com conforto adequado (água, lanche e instalações sanitárias), identificado pela PF e, por fim, manifesta o motivo do ingresso no País. Caso requisiere refúgio ou residência temporária, o cidadão recebe, inicialmente,

orientações sanitárias e procedimentais sendo encaminhado, na sequência, ao Posto de Triagem onde é processado o cadastramento para futura alocação espacial. Ainda na triagem, são cadastrados, passam por inspeções clínica e de imunização, recebem orientações específicas a fim de regularizar a situação migratória e recebem documentos necessários à atividade laboral como carteira de trabalho e o cadastro de pessoa física (CPF). Caso esse procedimento ultrapasse as 18:00 horas, o cidadão é encaminhado ao alojamento existente na área de recepção onde recebe a atenção necessária.

Após esses procedimentos, o refugiado é encaminhado ao abrigo designado e, caso atenda os critérios estabelecidos para a interiorização (regularização migratória, imunização, avaliação clínica de saúde e assinatura do termo de voluntariedade), prossegue no processo, sendo interiorizado pela Operação Acolhida, usualmente, por meio aéreo da Força Aérea Brasileira ou empresas privadas. Existem ainda interiorizados por iniciativa da sociedade civil por meio de outros protocolos.



**Figura 6 - Fluxograma para entrada no País**

**Fonte**— Adaptado a partir de Civil (2018).

A solução pretendida em ambas Operações teve como premissas fundamentais o amparo jurídico, o suporte internacional, a redução da pressão na fronteira, a coesão e segurança regional, a redução da xenofobia, a participação interagência e a redução da dependência estatal dos refugiados.

Em síntese, as medidas emergenciais adotadas pelo Governo Brasileiro, decorrentes da narrativa dos agentes securitizadores que identificaram a imigração venezuelana como uma ameaça societal e securitária, apresentaram amparo jurídico constitucional e atenderam as demandas prementes do Estado de Roraima, além de se alinharem com os métodos considerados duráveis pelo UNHCR, especificamente a integração no local e a interiorização.



## 6.2. Medidas emergenciais migratórias adotadas pela Itália

Na Itália, podemos dividir as medidas emergenciais migratórias em dois grupos: as globais, em que a Itália participa no contexto de ações coordenadas pela UE e as peculiares e específicas do governo italiano para fazerem face à demanda migratória própria, buscando alinhamento com as obrigações internacionais.

Das medidas capitaneadas pela UE, que não serão discutidas nessa investigação em virtude da delimitação espacial, cabe ressaltar a edição, em maio de 2015, da Agenda Europeia para Migrações que buscou a análise da temática de forma holística, estabelecendo quatro pilares fundamentais: a redução dos incentivos à imigração ilegal, a otimização da gestão das fronteiras, a reestruturação do sistema de controle da fronteira e o desenvolvimento de nova política de migração (EU, 2015). Essa agenda, que priorizou o incremento de ações de curto prazo, resultou na substituição e ampliação da Operação *Mare Nostrum*, de bandeira italiana, pela Operação *Triton* coordenada pela FRONTEX, impactando diretamente na estrutura italiana.

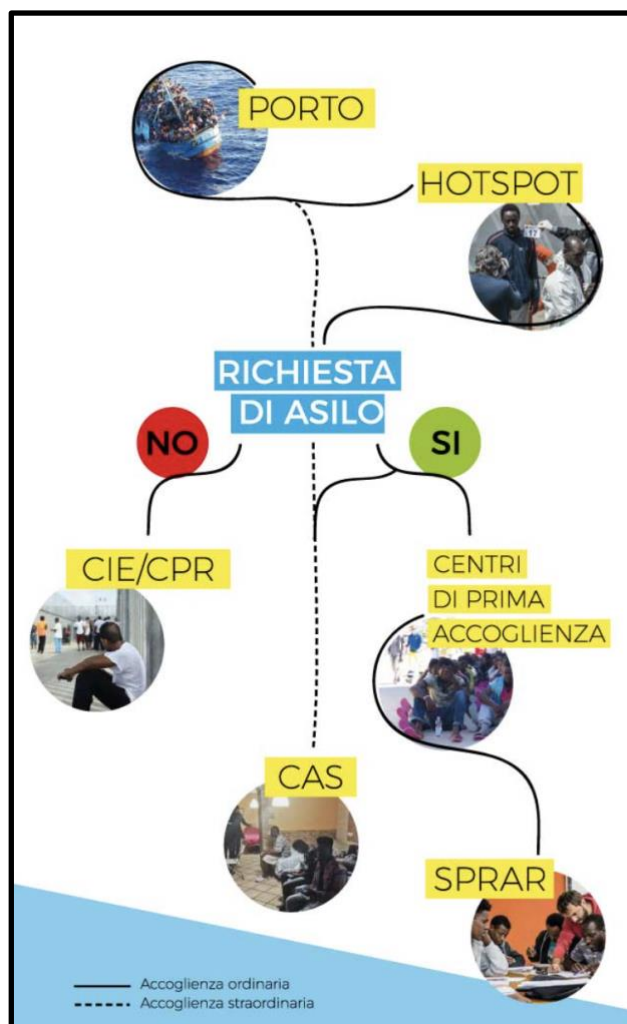
As medidas emergenciais migratórias italianas, principiadas na década de 1990, foram estruturadas tendo por base as vertentes de ajuda humanitária e segurança, inspirando o estabelecimento de centros de receção e centros de detenção, respetivamente (Agier, 2006). Essas medidas, amparadas por decretos-lei e decretos de emergência (dispositivos que flexibilizam os marcos jurídicos), estabelecidos em ambiente de Estado de Emergência, resultaram na ausência de planeamento sistêmico e de longo prazo (Garcia & Zuin, 2017).

Assim, em 1995, amparado pela Lei Nº. 563 (conhecida como Lei de Apulia) que autorizou o emprego das Forças Armadas no controle e patrulhamento marítimo na Região de Apulia, foram estabelecidos os três primeiros Centros de Acolhimento em Itália (CDA) destinados a rececionar, prestar os primeiros socorros e hospedar os imigrantes até sua destinação legal. Essa lei introduziu a ideia de detenção administrativa, ainda que permeada pela ambiguidade do acolhimento e da segurança (Garcia & Zuin, 2017).

Em 1998, buscando remodelar sua estrutura de controle de fronteiras visando atender as necessidades requeridas para o ingresso na área Schengen, a Itália aprovou a Lei Turco-Napolitano que previa que as forças de segurança poderiam deter estrangeiros em situação irregular sem a necessidade da validação de sua determinação por um juiz. Com isso foram instituídos os Centros de Permanência Temporária onde os irregulares ficavam detidos (Garcia & Zuin, 2017).

Em 2002, foram instituídos Centros de Identificação, que em 2004 passaram a denominar-se Centro de Acolhimento para Solicitantes de Asilo (CARA), com a finalidade de abrigar os requerentes de asilo enquanto aguardam o resultado do processo.

A estrutura do sistema de acolhimento migratório italiano empregado na segunda metade da década de 2010 manteve o binômio acolhimento e segurança, modificando basicamente a dimensão e a nomenclatura das instalações, conforme delineado na figura 7.



**Figura 7 – Sistema de acolhida italiano**

**Fonte** – Disponível em Lenius (2020).

Atualmente, em conformidade com a ameaça societal, securitária e económica identificada pelos agentes securitizadores, os políticos Matteo Salvini e Luigi di Maio, em suas narrativas, a receção dos imigrantes está estruturada em duas fases (figura 8), em conformidade com a Lei N°. 132/2018: a fase preliminar, realizada nos *Hotspot*, com duração média de até 48 horas, que visa a assistência inicial e primeiros socorros. Nessa instalação os imigrantes passam por exames de saúde, são identificados com foto e podem solicitar

proteção internacional. Após essa avaliação inicial, os solicitantes de asilo são transferidos para os primeiros centros de recepção passando assim para a segunda fase.

Na segunda fase, os imigrantes são divididos entre os que solicitam refúgio e os que não solicitam proteção internacional ou não atendem aos requisitos. Os primeiros são conduzidos aos centros de acolhimento para realizarem as verificações necessárias a fim de definir sua situação legal. Já os segundos são direcionados aos centros de repouso e repatriamento (antigos centros de identificação e expulsão - CIE) para evitar a dispersão daqueles que estão sendo deportados do território.

Uma modificação inovadora estabelecida pela supracitada lei de 2018 foi a implementação de um segundo acolhimento, o denominado Sistema de Proteção para Refugiados e Requerentes de Asilo (SPRAR). Esse sistema que objetiva a integração social destes indivíduos nas cidades que os recebem, após passarem pelas fases anteriores, abarca sobretudo refugiados, possuidores de proteção humanitária e requerentes de asilo. Os dois primeiros podem continuar no projeto por seis meses, prorrogáveis por mais seis. Os requerentes de asilo permanecem o tempo necessário para resolver sua solicitação. Alguns dos serviços disponibilizados aos refugiados / requerentes de asilo são a utilização dos sistemas de saúde, educacional e social, além do aprendizado do idioma o que favorece a inclusão social.

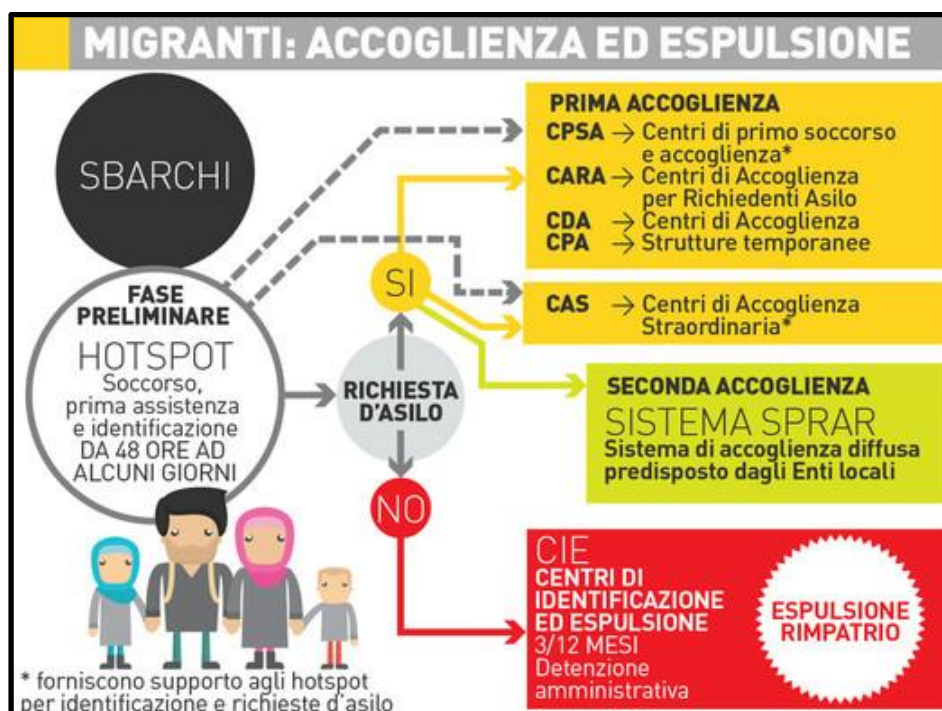


Figura 8 – Sistema de acolhida e expulsão dos migrantes na Itália

Fonte – Disponível em Itália (2018).





De acordo com os dados de fevereiro 2020, cerca de 31.264 pessoas participavam do sistema SPRAR, das quais cerca de quatro mil menores não acompanhados. Aproximadamente 809 projetos estão ativos em toda a Itália, envolvendo 689 autoridades locais (especialmente municípios), distribuídas da seguinte forma:

**Quadro 5 – Números do projeto SPRAR**

<b>REGIONE</b>	<b>TOTALE</b> (con posti aggiuntivi)	di cui per disagio mentale o disabilità fisica	di cui* minori non accompagnati	numero enti locali titolari di progetto	numero progetti
ABRUZZO	682	0	92	14	17
BASILICATA	614	10	127	18	21
CALABRIA	3.130	87	374	96	107
CAMPANIA	2.715	0	315	78	83
EMILIA ROMAGNA	2.534	73	480	23	35
FRIULI VENEZIA GIULIA	320	20	0	9	9
LAZIO	2.892	20	71	39	44
LIGURIA	879	0	87	23	24
LOMBARDIA	2.402	13	292	55	64
MARCHE	1.284	13	116	21	26
MOLISE	858	0	111	27	29
PIEMONTE	1.996	26	102	38	41
PUGLIA	3.111	159	361	84	102
SARDEGNA	324	0	42	17	17
SICILIA	4.531	193	1.119	77	106
TOSCANA	1.433	43	173	30	37
TRENTINO ALTO ADIGE	372	0	17	7	8
UMBRIA	407	6	53	12	15
VALLE D'AOSTA	25	0	0	1	1
VENETO	755	0	71	20	23
<b>TOTALI</b>	<b>31.264</b>	<b>663</b>	<b>4.003</b>	<b>689</b>	<b>809</b>

\* Comprensivi di 226 posti finanziati dal FAM in 13 progetti

**Fonte**— Disponível em Siproimi (2020).

Esse modelo, embora apresente números relevantes e envolva cerca de mil municípios das oito mil cidades italianas, apresenta como ponto de estrangulamento a dependência irrestrita do voluntariado dos municípios que, por vezes, não se registram no sistema por questões políticas.

Além das instalações permanentes supracitadas, existem os Centros de Ação de Emergência (CAS), uma estrutura flexível e temporária ativada em situações inesperadas de grande fluxo de imigrantes.

A solução concebida pelo Governo Italiano foi fundamentada no amparo jurídico e sempre tendo em consideração as vertentes de ajuda humanitária e segurança.

Em síntese, as medidas emergenciais adotadas pelo Governo Italiano, decorrentes da narrativa dos agentes securitizadores que identificaram a imigração como uma ameaça societal, securitária e económica, se mostraram legítimas, ambíguas (humanitarismo X segurança), amplas e eficazes e se alinham com os métodos considerados duráveis pelo UNHCR, especificamente a integração no local e a interiorização.



## Conclusões

No presente trabalho de tema “Securitização da imigração na Europa e no Brasil, semelhanças e diferenças”, propôs-se analisar o movimento securitário sucedido nos processos migratórios brasileiro e italiano. O estudo foi conduzido assentado numa estratégia de investigação qualitativa, utilizando o raciocínio dedutivo, sua base teórica apoia nos estudos de migração internacional e segurança internacional. O método de estudo comparativo foi utilizado para levantar dados e auxiliar as análises dois casos contrastantes.

A principal base teórica de suporte para essa investigação foi a teoria da securitização, formulada por autores da Escola de Copenhaga. Essa teoria que defende que o mundo é uma construção social resultante do discurso e das relações coletivas proporcionou o alargamento do entendimento de objeto referente e da percepção de ameaça para além do Estado, distanciando assim da abordagem realista tradicional. Nessa investigação, observou-se a validade dessa formulação teórica através da identificação da construção social das migrações como ameaça e da sociedade como objeto referente, tanto no Brasil quanto na Itália, o que justificou recursos extraordinários em razão das possíveis consequências a alguns elementos fundamentais do Estado (política, economia, sociedade, segurança).

Baseado no OG identificado nesse estudo “Analisar os processos de securitização seguidos pelo Brasil e pela Itália em relação às migrações, identificando semelhanças e diferenças”, foram investigados os processos tendo por referência três dimensões: agente securitizador, discurso securitizador e medidas emergenciais.

Na primeira dimensão, o agente securitizador, foram identificados como indicadores a relevância e propósito. No Brasil, a relevância dos agentes foi nacional pois os atores Telmário Mota, Ângela Portela e Romero Jucá ocupavam posições de destaque no Senado Federal Brasileiro, tendo capacidade de influenciar o processo decisório nacional. O propósito identificado desses atores foi o de inserir a questão migratória na instância federal a fim de incrementar os esforços Estadual e Municipal, além de buscar maiores apoiadores visando ao pleito eleitoral de 2018. Na Itália, à semelhança do Brasil, a relevância dos agentes foi de nível nacional, pois tanto Luigi di Maio quanto Matteo Salvini ocupavam cargos políticos eletivos nacionais e desempenhavam funções de Ministros nomeados pelo Governo, além de exercerem posições importantes dentro de seus Partidos Políticos. O propósito dos atores italianos, assim como no Brasil, era incorporar a temática no debate federal, responsabilizando os movimentos migratórios pelos males económicos e sociais italianos. Assim, verifica-se que tanto no Brasil quanto na Itália os argumentos quanto ao



propósito foram coincidentes. No entanto, a relevância aparece como um ponto que os diferencia, pois no Brasil os Senadores buscavam influenciar autoridades decisórias intermediárias (Ministros de Estado). Enquanto na Itália os agentes securitizadores atingiam diretamente o decisor final em razão de ocuparem funções de destaque dentro do Governo.

Quanto ao discurso securitizador, no Brasil, foram realizados aproximadamente dezesseis discursos na esfera política (Senado da República) capitaneados pelos Senadores identificados como agentes securitizadores. No critério amplitude, esses discursos buscavam abranger políticos, população (pela transmissão pública e transparência em sites oficiais) e o próprio Governo Federal. Na Itália, os discursos securitários foram proferidos sobretudo nos média, com a participação dos atores securitizadores em programas de comunicação, tendo como amplitude prioritária a população, além do Governo Federal. Dessa forma, observa-se como principais diferenças nos indicadores estabelecidos, o local e a amplitude, tendo em vista que no Brasil os discursos foram realizados na Tribuna Federal tendo como objetivo influenciar políticos, enquanto que na Itália as exposições foram proferidas nos media com foco na opinião pública.

Quanto às medidas emergenciais, tendo por base os indicadores amparo legal e medidas adotadas, observa-se que tanto no Brasil quanto na Itália as medidas foram tomadas por meio de Leis Federais/Estatais (Lei Nº. 13.684 no Brasil e Lei Nº. 132 na Itália, ambas de 2018) que buscaram contrapor às ameaças identificadas pelos agentes securitizadores em suas narrativas. No Brasil as medidas securitárias foram abrangidas em duas Operações, a Acolhida e a Controle que visam recepcionar e controlar as fronteiras, respetivamente. Na Itália, as medidas são relacionadas à acolhida dos imigrantes tendo em vista que o controle das fronteiras vem sendo capitaneada por ações coordenadas pela UE. Portanto, as medidas emergenciais em ambos os países tiveram amparo legal e diferenciaram-se uma vez que o Brasil ativou uma operação autóctone com foco no controle das fronteiras, enquanto que na Itália essa atividade foi capitaneada pela UE, por meio da FRONTEX, operação realizada em estreita coordenação com o governo local.

Em síntese, a migração foi securitizada em ambos os países conforme a formulação teórica da Escola de Copenhaga, apresentando diferenças fundamentais sobretudo quanto aos atores (políticos que influenciam decisores intermediários versus políticos em cargos decisórios que influenciam decisor final); local e público alvo do discurso (Tribuna e políticos X media e população) e amplitude das medidas nacionais (acolhimento e controle X acolhimento).





Esse trabalho deixa como contributo para o estudo securitário a proposição de alguns indicadores, dentro das dimensões estabelecidas por Silva e Pereira (2019), para que sejam analisados os processos securitários de forma mais normalizada. Como proposta de estudos futuros, pode-se buscar confirmar / refutar a narrativa utilizada pelos agentes securitizadores (brasileira ligada a questões humanitárias e a italiana relacionada a criminalidade e terrorismo) por meio de dados concretos a fim de verificar se as medidas emergenciais realizadas foram necessárias e/ou suficientes.

A principal limitação à investigação prende-se com o facto de que os agentes securitizadores italianos, por ocuparem cargos no governo e não poderem apresentar discursos no plenário, atividade comum a parlamentares, tiveram que expor suas ideias nos media o que resultou na comparação de discursos formais, no caso de Brasil, com narrativas informais na Itália. Além disso, a pesquisa foi impactada pelo confinamento do COVID 19 que dificultou o acesso a dados e informações mais aprofundadas.

Por fim, a comparação do processo de securitização conduzido pelos diversos países de primeira acolhida, tendo por base dimensões e indicadores estandardizados, é fundamental para o entendimento das causas e identificação de abordagens mais efetivas para minimizar as consequências desses fluxos, conciliando aspetos securitários e humanitários.



## Referências Bibliográficas

- Agier, M. (2006) 'Le gouvernement humanitaire et la politique des réfugiés' in L. Cornu and P. Vermeren P. (eds.) *La philosophie déplacée: Autour de Jacques Rancière*, Colloque de Cerisy, Paris: Horlieu Editions: 411–28.
- Aguiar, V. (2019). *Número de refugiados e migrantes da Venezuela chega a 4 milhões*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-chega-4-milhoes>
- Albertazzi, D., Giovannini, A., & Seddone, A. (2018). 'No regionalism please, we are Leghisti!' The transformation of the Italian Lega Nord under the leadership of Matteo Salvini. *Regional & Federal Studies*, 28(5), 645-671.
- Ambrosini, M. (2019). The imaginary invasion: as the discourse on the “refugee crisis” has impacted on Italian politics and society.
- Aragón Vaca, L. E. (2009). *Migração internacional na pan-Amazônia*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPa.
- Austin, J. L. (1975). *How to do things with words* (Vol. 88). Oxford university press.
- Balzacq, T. (2005). The three faces of securitization: Political agency, audience and context. *European journal of international relations*, 11(2), 171-201.
- BBC (2018). *Matteo Salvini - Italy's Interior Minister and Deputy Prime Minister [Entrevista]*. Retirado de <https://www.bbc.co.uk/programmes/w3cswj4f>
- Bonifazi, C., & Marini, C. (2014). The impact of the economic crisis on foreigners in the Italian labour market. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 40(3), 493-511.
- Bracante, P. H., & Reis, R. R. (2009). A Securitização da Imigração: um mapa do debate sobre e algumas considerações críticas. *Lua Nova*, 77, 73-104.
- Brasil, M. J. (2017). *Refúgio em Números—3a Edição* (p. 30). Brasília.
- Britannica, E. (2019). Encyclopédia Britannica Online. Obtido 10 de Novembro de 2019, de Encyclopédia Britannica Online website: <https://www.britannica.com/place/Europe>
- Bryman, A. (2016). *Social research methods*. Oxford university press.
- Buzan, B. (1991). New patterns of global security in the twenty-first century. *International affairs*, 67(3), 431-451.
- Buzan, B., Wæver, O., Wæver, O., & De Wilde, J. (1998). *Security: A new framework for analysis*. Lynne Rienner Publishers.
- Barry. Buzan, & Wæver, O. (2003). *Regions and powers: The structure of international security*. Cambridge University Press



- Campesi, G. (2014). Immigrant detention and the double logic of securitization in Italy. In *The EU, migration and the politics of administrative detention* (pp. 161-182). Routledge.
- Campesi, G. (2019). Governare le migrazioni nell'Italia. *il Mulino*, 68(3), 433-440.
- Cerávolo, L. E. S. (2019). Respostas do governo brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015-2018).
- Civil, C. (2018) *Apresentação 8ª reunião Comitê Federal*, — Casa Civil. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/apresentacao-8a-reuniao-comite-federal-4-12-2018/view>
- Colucci, M. (2019). *Storia dell'immigrazione straniera in Italia*. Carocci.
- Cortese, F., Cvajner, M., Paladino, M. P., Sciortino, G., & Vaes, J. (2019). «Crisi» migratorie e mobilità umana: una prospettiva multi-disciplinare. *Giornale italiano di psicologia*, 46(3), 409-432.
- Costa, E. (2018). *Temer anuncia força-tarefa para cuidar do fluxo migratório de venezuelanos em Roraima / Roraima / G1*. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/temer-anuncia-forca-tarefa-para-cuidar-do-fluxo-migratorio-de-venezuelanos-em-roraima.ghtml>
- Council, I. R. (2019). Asylum information database (AIDA), country report: Italy.
- Couto, A. C. (1988). Elementos de Estratégia Vol. I—Apontamentos para um curso. *Pedrouços: IAEM. Lisboa*.
- De Oliveira, M. G. A. G. (2018). A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela. *Military Review*.
- DiMartedì (2015). *L'immigrazione non è un diritto* [Entrevista]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=KtFQHxNa8VE>
- Dixon, T., Hawkins, S., Heijbroek, L., Juan-Torres, M., & Demoures, F. (2018). Attitudes towards national Identity, Immigration and Refugees in Italy. *More in Common*, 1-131.
- Económico, M. (2020). *Biografia do(a) Ministro(a) LUIGI DI MAIO*. Portal da Ministero dello Sviluppo Economico Retirado de <https://www.mise.gov.it/images/stories/trasparenza/2018/Curriculum%20vitae%20Ministro%20Di%20Maio.PDF>
- EU, C. (2015). *A European Agenda on Migration*, Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, Brussels, European Commission.
- Europeia, C. (2005). Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu-Programa da Haia: dez prioridades para os próximos cinco anos-Parceria para a renovação europeia no domínio da liberdade, segurança e justiça. COM (2005) 184 final, Bruxelas, 10.5. 2005.



- Europeu C., (1999). Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Tampere – Tampere, 15 e 16 de outubro de 1999 Brussels: European Council.
- Europeu, C. (2010). *Programa de Estocolmo — Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos*, Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas (2010/C 115/01).
- Fassin, D. (2011). Policing borders, producing boundaries. The governmentality of immigration in dark times. *Annual Review of anthropology*, 40, 213-226.
- Federal, S. (2020). *Dados Senado Federal* . <https://www25.senado.leg.br/>
- Ferreira Neto, W. B. (2013) “Defesa e Segurança, Guerra e Não-guerra: conceitos teóricos; reflexos práticos”. *Revista Anuário da Academia Militar das Agulhas Negras*, ano 3, n. 3, 2013, pp 130-145.
- Floyd, R. (2007). Human security and the copenhagen school’s securitization approach. *Human Security Journal*, 5(37), 38-49.
- Franchi, T. (2017). *O Impacto da Crise Venezuelana sobre o Brasil*.
- Franchi, T. (2019). Operación Acogida. *MILITARY REVIEW*.
- Franklin, C. B. (2012). Segurança e defesa na Amazônia e as relações entre o Brasil e a Venezuela (1985-2006).
- Garcia, F. D. F., & Zuin, J. C. S. (2017). Entre a detenção e o acolhimento: as consequências do estado de emergência permanente na Itália. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 22(1), 80-104.
- Guild, E., & Bigo, D. (2010). The transformation of European border controls. In *Extraterritorial Immigration Control* (pp. 252-273). Brill Nijhoff.
- Il Fatto Quotidiano (2015). *Sull'immigrazione* [Entrevista]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=vUNw2Vjn6I0>
- Ilke, T., & Bianca, B. (2016). The European Response to the Refugee Crisis: Angela Merkel on the Move. *Istanbul Policy Center-Sabancı University-Stiftung Initiative*.
- Imperial, N. B. (2017). *A Nova Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira* (Doctoral dissertation, Universidade Nova de Lisboa).
- Interior, M. (2020). *Biografia do(a) Ministro(a) MATTEO SALVINI*. Portal da Ministero Dell’interno Retirado de <https://www.interno.gov.it/it/matteo-salvini-0>
- IOM. (2020). *World Migration Report 2020*. International Organization for Migration. <https://www.iom.int/wmr/world-migration-report-2018>
- Itália, Agenci (2018, 8 de junho). *Manteniamo davvero 170 mila presunti profughi in hotel, come dice Salvini?* [Página online]. Retirado de [https://www.agi.it/fact-checking/salvini\\_migranti\\_profughi\\_hotel-4006308/news/2018-06-08/](https://www.agi.it/fact-checking/salvini_migranti_profughi_hotel-4006308/news/2018-06-08/)



- IUM. (2019). CISD - Centro de Investigação em segurança e defesa: Domínios, áreas e subáreas de investigação. Obtido de <https://www.ium.pt/cisdi/index.php/pt/investigacao/dominios-areas-e-subareas-de-investigacao>
- Klotz, A., Prakash, D., Klotz, A., & Prakash, D. (2008). *Qualitative methods in international relations*. Palgrave Macmillan.
- La7 attualità (2018). *Omnibus - - Porti, decreto dignità e cigno nero: parla Di Maio* [Entrevista]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=HQS-UN-9J7s>
- Lenius (2020, 7 de janeiro). *O sistema de acolhimento de migrantes na Itália* [Página online]. Retirado de <https://www.lenius.it/sistema-di-accoglienza-dei-migranti-in-italia/2/>
- Longo, F. (2019). Italian migration policy between perceptions and practices. *Contemporary Italian Politics*, 11(4), 358-368.
- Ludovica, C. M., Hedlund, C., Manole, B., Smith, B., & Swissa, T. (2016). *The European Union and Immigration: Common rules for a common vision?* Projet Collectif: Sciences Po-- Atelier Europe.
- Neal, A. W. (2009). Securitization and risk at the EU border: The origins of FRONTEX. *JCMS: Journal of common market studies*, 47(2), 333-356.
- Oliveira, E. L. S. D. (2014). *Imigração x segurança: a securitização da imigração pós-11 de Setembro e o aumento do controlo migratórios nos EUA* (Doctoral dissertation).
- Onuf, N. (1998). *Constructivism: A User's Manual*. Retrieved May 13.
- Padilha, E., Jardim, T., Jungman, R., & Etchegoyen, S. (2018). *EMI 1 /2018 CC-PR/MJSP/MD/GSI-PR - Exposição de motivos*. GSI
- Paiva, A. L. B. E., & Leite, A. P. M. R. (2014). Da emigração à imigração? Por uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos anos. *Ars Histórica*, (7), 1-20.
- Panebianco, S. (2019). The Mediterranean migration crisis: humanitarian practices and migration governance in Italy. *Contemporary Italian Politics*, 11(4), 386-400.
- Patriarca, E. (2018). La risposta política italiana ai fenomeni di emigrazione ed immigrazione: l'impatto socio economico dei principali flussi migratori che hanno coinvolto l'Italia dal 1880 al 2016: casi studio: migrazione italiana verso USA, migrazione africana verso Italia.
- Patrício, E. M. M. (2011). *Securitização da imigração: que impactos sobre os fluxos de imigrantes turcos para a Alemanha e sobre as comunidades turcas aí residentes no período de 1999-2009* (Doctoral dissertation).
- Pazuello, E. (2019, maio). *Operação Acolhida*. Em: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, Simpósio organizado pela coordenadoria da Operação Acolhida, Boa Vista.



- Póvoa Neto, H. (2007). Barreiras físicas à circulação como dispositivos de política migratória: notas para uma tipologia. *Anais do 6º Encontro da ANPEGE, setembro, 1*, 27.
- Peoples, C., & Vaughan-Williams, N. (2014). *Critical security studies: An introduction*. Routledge.
- Prodi, R. (2001). An enlarged and more united Europe, a global player-challenges and opportunities in the new century. *College of Europe, Bruges, 12*.
- R4V. (2020). *Situación Respuesta a los Venezolanos*. <https://r4v.info/es/situations/platform>
- Roe, P. (2008). Actor, audience (s) and emergency measures: Securitization and the UK's decision to invade Iraq. *Security dialogue*, 39(6), 615-635.
- Salazar, J. W. J. (2019). “De-/securitizing” during a time of crisis: analyzing Italy’s and Germany’s narrative (Doctoral dissertation, San Francisco State University).
- Salvini, M. (2018). *Nova lei de imigração e lei de segurança [em directo]*. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=NE8mrsrJ4o0&t=72s>.
- Sampieri, R. H., Collado, C., F.; Lucio, P., B., (2003). *Metodologia da Pesquisa*. México: McGraw Hill.
- Santos, L. & Lima, J., Coord. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. (2.ª ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Schramm, L. (2019). Solidarity—from the Heart or by Force? The Failed German Leadership in the Eu's Refugee and Migrant Crisis. *The Failed German Leadership in the Eu's Refugee and Migrant Crisis (January 2019)*. Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper No. RSCAS, 1.
- Senado Federal (2016, 7 de novembro). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/427073>
- Senado Federal (2017a, 9 de maio). Pronunciamento de Ângela Portela. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/430992>
- Senado Federal (2017b, 2 de agosto). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/433369>
- Senado Federal (2017c, 9 de agosto). Pronunciamento de Ângela Portela. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/433884>
- Senado Federal (2017d, 18 de agosto). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/434034>
- Senado Federal (2017e, 22 de agosto). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/434170>





- Senado Federal (2018a, 6 de fevereiro). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/440900>
- Senado Federal (2018b, 7 de fevereiro). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/441058>
- Senado Federal (2018c, 8 de fevereiro). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/440989>
- Senado Federal (2018d, 15 de fevereiro). Pronunciamento de Romero Jucá. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/441155>
- Senado Federal (2018e, 19 de fevereiro). Pronunciamento de Ângela Portela. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/441188>
- Senado Federal (2018f, 20 de fevereiro). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/441208>
- Senado Federal (2018g, 12 de março). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/442329>
- Senado Federal (2018h, 13 de março). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/442339>
- Senado Federal (2018i, 19 de março). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/442609>
- Senado Federal (2018j, 11 de abril). Pronunciamento de Ângela Portela. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/443611>
- Senado Federal (2018k, 7 de maio). Pronunciamento de Temário Mota. Retirado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/444622>
- Silva, C. C. V., & Pereira, A. E. (2019). A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos. *Revista de Sociologia e Política*, 27(69).
- Siproimi (2020, 7 de fevereiro). *Números do projeto SPRAR / SIPROIMI* [Página online]. Retirado de <https://www.sprar.it/i-numeri-dello-sprar>
- Stritzel, H. (2007). Towards a theory of securitization: Copenhagen and beyond. *European journal of international relations*, 13(3), 357-383.
- Tanno, G. (2003). A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Contexto Internacional*, 25(1), 47.
- Trauner, F. (2016). Asylum policy: the EU's 'crises' and the looming policy regime failure. *Journal of European Integration*, 38(3), 311-325.
- UNHCR. (2011). *Manuel de réinstallation*. Genebra, UNHCR
- Wæver, O. (1989). Security, the speech act: Analysing the politics of a word. In *Research Training Seminar, Sostrup Manor*.



- Wæver, O., Estrada, R. D., & de Mattos, F. P. (2015). Securitização e dessecuritização. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 4(8), 237-275.
- Wendt, A. (1992). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International organization*, 46(2), 391-425.
- Wendt, A. (1995). Constructing international politics. *International security*, 20(1), 71-81.





## Anexo A – Elementos base, segundo Silva e Pereira (2019), para a securitização

A Teoria de Securitização

5/20

No que se refere à separação amigo/inimigo, o inimigo seria o *outro*, isto é, aquele que representa uma ameaça à vida e à sobrevivência dos cidadãos de um Estado determinado. Pode ser um terrorista ou um conjunto de imigrantes cujo deslocamento gera consequências à vida dos indivíduos que residem em um determinado país. Nesse sentido, a perspectiva dos autores de Copenhague está ligada ao realismo: “[...] o conceito de segurança [da Escola dinamarquesa] está *indissociavelmente ligado ao conceito de amigo/inimigo*, ou, por outras palavras, *segurança é equivalente ao conceito de sobrevivência*. Desta apreensão do conceito de segurança deriva a designação do conceito de segurança como política de exceção” (Carmali 2008, p.114; sem grifos no original).

Conforme Villa e Santos (2011), a natureza existencial da ameaça é diferente da percepção de segurança tradicional. Nesse sentido, diversos temas podem ingressar na agenda de segurança de um Estado, além das ameaças tradicionais relacionadas com a defesa do território e das populações nele residentes. A Escola de Copenhague optou pela adoção de um conceito ampliado de segurança, a partir do qual os autores reconheceram a existência de novas fontes de ameaça de natureza não militar. Para Rudzit (2005), o conceito ampliado de segurança desenvolvido pela Escola e por outros autores<sup>4</sup>, portanto, envolverá a proteção, fornecida e administrada pelo Estado, contra ameaças externas aos interesses vitais e aos valores básicos do Estado, do território e das populações por ele administradas.

<sup>4</sup> Cf. Ullman (1983); Mathews (1989); Villa (1999), entre outros.

Partindo desse conceito ampliado, Buzan, Waever e Wilde (1998) estabeleceram cinco setores da agenda de segurança: 1) o militar (que envolveria o uso da força e da coerção por agentes militares); (2) o político (que envolve as ameaças à estabilidade organizacional do Estado); (3) o social (que corresponde às relações entre identidades coletivas em uma sociedade determinada); (4) o econômico (que envolve as ameaças relacionadas à dinâmica econômica internacional e seus reflexos sobre a realidade doméstica); (5) o ambiental (no qual estão as relações entre as atividades humanas e a biosfera planetária). Após definir esses setores, reconhece-se as dificuldades empíricas para separar o militar, o político e o social. O estudo questiona, por exemplo, os limites do setor político, na medida em que o ato de securitização poderia ser interpretado, também, como um ato político. Para eles, o setor político seria amplo, pois “toda segurança é política. Todas as ameaças e defesas são constituídas e definidas politicamente. Politização é político por definição e por extensão, securitizar também é um ato político”<sup>5</sup> (Buzan, Waever & Wilde 1998, p.141; tradução livre).

<sup>5</sup> No original: “[...] all security is political. All threats and defenses are constituted and defined politically. Politization is political by definition, and, by extension, to securitize is also a political act”.

Em síntese, o sucesso da securitização de um tema depende (1) da análise dos discursos de securitização e da recepção da audiência; (2) da identificação do agente securitizador, justificando-se os motivos pelos quais o estudo empírico identificou esse agente como responsável pelo movimento de securitização analisado; (3) da análise das medidas emergenciais adotadas para lidar com as ameaças existenciais e sua respectiva legitimação por parte da audiência. Com base nesses elementos principais da teoria de securitização, este artigo analisará os estudos empíricos que decorreram dessa teoria e que foram publicados no Brasil. Antes, porém, são necessárias algumas considerações a respeito da metodologia utilizada.

### III. Metodologia

A pesquisa foi realizada com base no método qualitativo. Como metodologia, foi utilizada a análise bibliográfica sistemática e, como ferramenta metodológica, a análise de conteúdo. Sendo assim, não foram realizadas análises estatísticas e cálculos sofisticados com a base de dados coletada. Porém, para a seleção da base de dados foi utilizado, como critério de classificação, periódicos

Fonte: Disponível em (Silva & Pereira 2019)



## Anexo B – Exposição de motivos do Projeto de Medida Provisória

EMI nº 1 /2018 CC-PR/MJSP/MD/GSI-PR

Brasília, 15 de Fevereiro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência Projeto de Medida Provisória que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de crise humanitária.
2. O aumento do fluxo migratório de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela, nos últimos meses, tem impactado fortemente a realidade econômica e social brasileira, mais especificamente do Estado de Roraima, gerando a necessidade de ações emergenciais para a manutenção dos serviços públicos prestados pelo referido Estado e seus Municípios.
3. Segundo divulgado nos meios de imprensa, a forte crise política e econômica na Venezuela gerou o êxodo de cerca de 30.000 (trinta mil) venezuelanos para o Brasil nos últimos dois anos. Nos últimos meses, ocorreram quase 2.000 (duas mil) solicitações de refúgio. A urgência necessária à edição da Medida Provisória proposta reside na necessidade premente de controlar e ordenar esse crescente fluxo migratório.
4. Para assegurar a dignidade dessa população, faz-se necessária uma atuação do Estado eminentemente na área das políticas sociais e de segurança pública, com o fortalecimento do controle de fronteiras, logística e distribuição de insumos, de mobilidade e distribuição dessas pessoas no território nacional, de modo a preencher lacunas existentes. Entende-se a atuação do poder público como necessariamente sistêmica e integral.
5. Diante do flagrante quadro de violação das garantias individuais da população afetada, influenciado pela insuficiente prestação de serviços básicos, é necessário assumir o protagonismo da crise humanitária deflagrada, coordenando e implementando, diretamente e em parcerias, políticas sociais direcionadas a esse público.
6. É nesse cenário de risco de ofensa aos direitos humanos e à dignidade da população envolvida na crise humanitária citada que se apresenta a relevância das circunstâncias a autorizar a edição da Medida Provisória em questão.
7. Tanto a União, como o Estado de Roraima e seus Municípios serão importantes parceiros para o enfrentamento da crise humanitária decorrente do fluxo migratório de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela. As ações deverão ser coordenadas nos três níveis da federação, de modo a aproveitar as potencialidades e agir de forma sinérgica em todas as frentes a serem implementadas.
8. O papel de cada órgão será exercido na respectiva área de atuação, sempre no intuito de garantir a prestação de políticas públicas para a população mais vulnerável, na situação de emergência especialmente verificada, hoje, em Roraima.
9. Essas, Senhor Presidente, são as razões que justificam a elaboração deste Projeto de Medida Provisória que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

ELISEU PADILHA  
TORQUATO JARDIM  
RAUL JUNGMAN  
SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN



## Anexo C – Transcrição da entrevista de Matteo Salvini para Stephen Sackur no HARDtalk da BBC em setembro de 2018

Seja bem-vindo à HARDtalk no BBC World Service. Tenho uma entrevista exclusiva com o mais importante e poderoso político populista atualmente na Europa. Matteo Salvini é vice-primeiro-ministro e ministro do Interior da Itália, sendo também líder do partido Lega Nord, um partido político de extrema-direita parceiro do movimento Cinque Stelle. O atual governo de coalizão italiano enfrenta uma desconfiança quanto à manutenção do status quo em função do posicionamento populista anti-imigrante de Matteo Salvini. Ele foi sempre associado a grupos racistas e neofascistas de extrema direita da Itália. Antielitista de fala franca, conta as verdades sobre os perigos da imigração e as falhas da UE. Sua ascensão ao poder tem sido notável, mas o que isso significa agora para a Itália e para a Europa? Matteo Salvini seja bem-vindo ao HARDtalk.

Stephen Sackur	Matteo Salvini
Há muito medo e suspeita sobre você e sua agenda. Algumas pessoas estão te chamando de perigoso e outras de extremista. Por que você acha que há tanta suspeita de você?	Muitas pessoas não têm percebido o que está acontecendo, não conseguem ver que o colapso financeiro e bancário que está chegando. O que acontece no passado ameaça o futuro. Dissemos claramente que apoiaremos o governo italiano que está aumentando a capacidade da Europa para os negócios, mas manteremos a imigração sob controle, ao contrário dos governos anteriores, o que os italianos apreciam e tenho certeza.
Você escolheu me responder voltando imediatamente para a questão da imigração, mas sua mensagem parece ser que a Itália e seus problemas poderiam ser completamente resolvidos se parasse toda a imigração?	A imigração é apenas um dos muitos problemas que a Itália enfrenta, os principais problemas são relacionados a empregos, impostos, burocracia, crescimento, investimento. <b>Durante o verão minha prioridade foi reduzir o número de barcos de imigrantes e o número de mortes.</b> Agora que estamos focando a economia. O objetivo é começar com redução de impostos, reforma trabalhista, justiça trabalhistas e as reformas fiscais. <b>Após a interrupção da imigração</b> , estamos focados no relançamento da economia da Itália, que é prioridade e emergência.
Interromper a imigração significa que você está determinado a que nenhum desses navios seja autorizado a desembarcar na Itália? Isso tem causado controvérsia, pois esses barcos carregavam pessoas que são forçados a aguardar no Mediterrâneo porque você não permitirá que eles pousem em solo italiano?	700.000 migrantes chegaram à costa italiana nos últimos anos, criando enormes problemas econômicos, sociais e jurídicos. <b>Diversas pessoas presas ou denunciadas à polícia na Itália todos os dias são imigrantes.</b> Portanto, para o <b>benefício da ordem social e de segurança, precisamos reduzir essas chegadas.</b> No ano passado, 1.100.000 migrantes chegaram à Itália este ano, tivemos 20.000 chegadas. Quero dar boas-vindas a todos que abandonam seus países por guerra, mas este é um número limitado. Para todos os outros as portas não estão abertas.
Mas você está violando as regras que foram acordadas pelo governo italiano com todos os outros estados membros da União Europeia para administrar a chamada Operação Sophia e fazer com que esses navios migrantes aportem no porto mais próximo o que parece ser na Itália. Em então, agora você se recusa a aceitar suas responsabilidades de receber esse povo?	Não, com a <b>Operação Sophia</b> , 45.000 imigrantes foram resgatados no mar e 45.000 chegaram à Itália. <b>Queremos mudar essas regras.</b> Atualmente, estamos cumprindo essa demanda, mas queremos alterá-las <b>porque não podemos mais aceitar e pagar por todos os migrantes chegaram à costa italiana.</b> Nossa proposta, assim como a Europa é <b>intervir com o objetivo final de gastar dinheiro na África.</b> A Europa doou 6 bilhões à Turquia para proteger suas fronteiras orientais. Temos que investir pelo menos mais 6 bilhões para promover o desenvolvimento Senegal, Gâmbia, Costa do marfim, Tunísia, Argélia e a todos os países de origem dessas pessoas.



Stephen Sackur	Matteo Salvini
Há uma crise humanitária real e você tem sangue nas mãos por causa das políticas que adotou. O ACNUR é bastante claro afirmando que as novas restrições impostas a esses barcos migrantes, levaram a uma taxa de mortalidade no mar muito mais alta, sob sua responsabilidade.	Meus dedos são diferentes. Eu amo política, é a minha paixão, mas ela é baseada em números. Há menos mortes este ano em comparação com os anos anteriores. As políticas anteriores levaram a 15.000 mortes, é claro, quanto maior o número de pessoas tentando cruzar aumenta as taxas de mortalidade e, se menos pessoas, menos mortes. Lembro que com o dinheiro que os traficantes recebem dessas pessoas desesperadas são utilizados na compra de armas e drogas que mais tarde chegam à Europa. <b>Não vou financiar quem contrabandeia armas e drogas para a Europa.</b>
Há uma crise humanitária real aqui Ministro e você tem sangue nas mãos por causa das políticas que adotou. O ACNUR é bastante claro afirmando que as novas restrições que você e seu governo impuseram a esses barcos migrantes, que o acesso limitado aos portos italianos para refugiados e migrantes levaram a uma taxa de mortalidade no mar muito mais alta, sob sua responsabilidade.	Meus dedos são diferentes. Eu amo política, é a minha paixão, mas ela é baseada em números. Há menos mortes este ano em comparação com os anos anteriores. As políticas anteriores levaram a 15.000 mortes, é claro, quanto maior o número de pessoas tentando cruzar aumenta as taxas de mortalidade e, se menos pessoas, menos mortes. Lembro que com o dinheiro que os traficantes recebem dessas pessoas desesperadas são utilizados na compra de armas e drogas que mais tarde chegam à Europa. <b>Não vou financiar quem contrabandeia armas e drogas para a Europa.</b>
Você está no cargo de ministro do Interior há pelo menos dois ou três meses. Você enfrenta uma investigação criminal das autoridades da Sicília referente ao tratamento dado a um barco emigrante em particular. Agora o acusam de sequestro e você só está no cargo algumas semanas.	Na Itália, políticos e ministros geralmente eram investigados porque roubam dinheiro público. Agora estou sendo investigado por sequestro, simplesmente porque estou implementando o que foi prometido durante minha campanha eleitoral de <b>impedir que os traficantes parem os barcos e reduzir o número de chegadas</b> . Eu acredito que 90% dos italianos entendem que esta investigação vai dar em nada e continuei fazendo o que eu venho fazendo.
O ponto mais amplo aqui é que você, durante a campanha eleitoral, disse ao povo italiano que deportaria pelo menos meio milhão de imigrantes ilegais. Sua mensagem era simples. Você disse que os bons tempos para esses ilegais terminaram, que era melhor se arrumarem e fazerem as malas, mas você sabe tão bem quanto eu que, na verdade, será impossível deportar 600.000 pessoas, a Itália não tem como bancar isso. A Itália não pode violar convenções internacionais e muitos dos países de onde essas pessoas vêm de se recusar a recebê-los. A Itália não poderá fazer o que prometeu?	Não, é simplesmente uma questão de aceitar acordos que o ministros anteriores falharam em fazer. No momento, estamos negociando acordos com a Nigéria, Sudão, Paquistão, Bangladesh. Temos que melhorar o acordo com a Tunísia e Marrocos. Precisamos de um acordo com a Gâmbia e a Costa do Marfim, <b>precisamos de acordos que incluam o desenvolvimento da ajuda e o repatriamento voluntário com todos os países de onde essas pessoas são originárias</b> . Na Europa, sempre temos espaço para os refugiados. Elas representam apenas 10% dos imigrantes. Assim, podemos receber esses 10%. Eles têm um futuro na Itália, mas para os 90% restantes que não estão fugindo guerra que talvez venha aqui para cometer crimes, não há futuro.
Voltando ao ponto da forma com que o restante da Europa o vê. Há algumas palavras muito pontuais de Ângela Merkel algumas semanas atrás, que ela diz: “Eu acredito que a alma da Europa seja a humanidade e se queremos manter essa alma, então a Europa não pode simplesmente se acostumar a observar a necessidade e o sofrimento de outras pessoas”. O que acha dessas observações que suspeito serem apontadas diretamente para você e suas políticas?	Não, creio que tenham sido dirigidas à Europa. A própria Ângela Merkel disse que a Itália já fez tanto e que não pode ser deixada isolada. <b>Bruxelas tem prometido nos ajudar há anos e não tem feito nada</b> . Estamos cobrando para que a Albânia e Montenegro façam sua parte.





Stephen Sackur	Matteo Salvini
Você expressa sua determinação em acabar com a imigração e se livrar dos imigrantes ilegais em seu país, como algo que resolverá o problema da criminalidade na Itália e muitos dos seus problemas econômicos. Mas muitas pessoas acreditam que você também é motivado por uma forma de racismo. Racismo que talvez seja melhor expresso pelo seu desejo de se livrar de Roma os que não são cidadãos italianos formais. Você solicitou um novo censo em Roma e disse que infelizmente teremos de manter os romanos porque não podemos expulsá-los.	O censo foi solicitado pela Europa. A Europa quer conhecer o número de pessoas, os níveis de saúde, educação e status de emprego da Itália romana. Por isso, estou simplesmente fazendo o que a Europa está pedindo.
Você sabe o que isso é uma reminiscência que lembra muitos europeus dos dias mais sombrios da Europa dos anos 1930 e 1940, isso os lembra de fascismo.	Não, felizmente isso é loucura. O nazismo, fascismo e o comunismo não retornarão, nem qualquer tipo de regime ou ditadura. No entanto, considerando que eles estão recebendo dinheiro público por moradia, para a escola, eles devem, assim como qualquer pessoa que recebe dinheiro público dos contribuintes, comprovar a utilização do recurso.
Quando você se dirige para todos os romanos dizendo que um grupo étnico como os judeus na Itália precisam se registrar. Essa declaração refletiu mal para o presidente da união italiana que afirmou que as comunidades judaicas talvez tenham uma longa memória coletiva desse tipo de coisa. Ele afirmou que você está despertando memórias das leis racistas de 18 anos atrás. Você não ouve coisas assim e talvez se pergunte se foi longe demais?	Não, sou pago para garantir a segurança, a lei e a ordem e o cumprimento das regras na Itália. Todos são bem recebidos (esquimós, etc) <b>desde que cumpram as regras, aqueles que desrespeitam as regras terão tratamento diferente.</b>
Você admira Mussolini? Eu sei que você conhece sua história. Você estudou História. Você admira Benito Mussolini?	Não, eu o estudei como parte da nossa história. Ele pertence ao nosso passado e não fará parte do nosso futuro.
Mas é verdade que, no aniversário de Mussolini, no ano passado, você publicou nas mídias sociais a citação “De tantos inimigos com tanta honra” que, é claro, é um eco do conhecido de Mussolini dizendo que muitos inimigos têm muita honra.	Honestamente, eu nem sei quando é o aniversário de Mussolini. Não tenho nostalgia por Mussolini, ele não voltará. Como tenho muitos inimigos, acho justificável. Não é um problema para mim repetir essas palavras mesmo que tenham sido usadas por outros.
É uma jornada intelectual interessante que você fez. Digo isso porque você costumava se colocar como comunista e agora é membro de um dos principais movimentos políticos de extrema-direita da Europa. Por muito tempo foi partidário da secessão do norte da Itália. Agora você é um nacionalista italiano. É muito difícil definir qual é o cerne da sua filosofia no que realmente acredita?	Não há mais comunista, fascista, mais à direita ou à esquerda. O confronto é entre o povo e a elite. Eu era federalista e ainda sou. No entanto, em 2018, 2/3 das leis aprovados na Itália, assim como na França, Alemanha ou Áustria, vieram de Bruxelas e da UE. Os países precisam tentar unir aos esforços para que suas vozes sejam ouvidas. Em 20 anos, simplesmente segui esse desenvolvimento. <b>Se o mundo está mudando, é preciso acompanhar essas mudanças e se adaptar à nova situação política.</b>



Stephen Sackur	Matteo Salvini
No que diz respeito ao seu estilo de política, olho para as pessoas que você mais admira. Pode-se dizer que muitas delas parecem autoritárias em seu estilo e, claro, eu sou falando principalmente em Vladimir Putin na Rússia, a quem você visitou e que descreveu como um dos políticos mais bem-sucedidos e admiráveis do mundo hoje. Você disse que a Itália poderia fazer como Putin que realmente age no interesses dos cidadãos O que há em Putin que você realmente admira?	Putin alcançou grandes resultados econômicos e sociais para os benefícios de seu povo. Não estou seguindo o exemplo russo porque a Itália é diferente, mas acredito que Putin serviu bem ao interesse das pessoas que estavam pagando salário.
Se posso interromper, quero dizer que Vladimir Putin reprime a oposição em casa, sabemos que, em termos de sua política externa, ele anexou a Crimeia. O primeiro-ministro britânico, como você sabe, acaba de acusá-lo de assinar autorização para autorizar ataques de armas químicas em solo britânico. Sanções foram impostas pela Europa e pelos Estados Unidos e você o descreve como o político que você mais admira no mundo hoje?	Admiro Putin, e digo-o gratuitamente. Estou esperando por evidências. Acho que ele nunca autorizaria envenenar pessoas no exterior. Em relação à Crimeia, historicamente falando, é muito interessante porque é um área que é culturalmente, economicamente, socialmente e linguisticamente russa. E também foi realizado um referendo favorável e eles.
Seu partido, a liga recebeu dinheiro da Rússia? Sabemos que partidos como o de Marine Le Pen na França recebeu milhões de dólares da Rússia?	Zero
E, no entanto, seu partido acredita em um acordo de cooperação com o partido da Rússia Putin?	Sim, também temos acordos com holandeses, franceses, austríacos, alemães, romenos e búlgaros. Compartilhamos ideias, mas obviamente não somos iguais.
Onde isso deixa a União Europeia no passado? Você chamou de “Gulag”? Descreve o euro como um dos maiores crimes econômicos e sociais já cometidos contra a humanidade. No entanto, a Itália é um membro fundador da União Europeia e se orgulha de ser um dos atores centrais da EU. Você propõe que a Itália deva sair da UE?	Não, a UE é uma superestrutura burocrática que carrega os bons valores europeus. A ideia da UE como um corpo antidemocrata foi sugerida pela primeira vez por alguns dissidentes da União Soviética. Eles vieram a Bruxelas para explicar de uma maneira muito interessante, na minha opinião, a semelhança entre os erros cometidos pela União Soviética e União Europeia. Agora estamos no governo e <b>estamos tentando mudar as regras financeiras, culturais, monetária e de agricultura dentro da UE.</b>
Acho que a pergunta principal é: você está preparado para jogar com as regras da Europa? Nós que discutimos sobre a política de migração que você diz que está determinada a mudar porque não aceitará o modo como funciona no momento, mas quando se trata de economia e finanças também vemos que seu governo tem um programa econômico ambicioso baseado na redução e flexibilização de impostos que você deseja que seus parceiros sigam essa ideia. O compromisso com novos gastos públicos maciços em infraestrutura, tudo isso sugere que você não está interessado nas regras orçamentárias financeiras básicas da UE, que nos dizem que um país como a Itália está com uma dívida inaceitavelmente alta de algo como 130% do PIB, que deve cair e seu plano parece que não resultará em melhora.	Todos os governos anteriores que seguiram essas regras enfrentaram um aumento da crise. Nos últimos cinco anos, seguindo essas regras, a dívida aumentou em 250 bilhões de euros. Se há um corte, a economia não crescer, as pessoas não têm empregos e não poderão comprar bens. Faremos o contrário, renegociaremos os parâmetros com Bruxelas, e queremos promover o crescimento italiano, porque a única maneira de reduzir a profundidade é criando empregos.



<b>Stephen Sackur</b>	<b>Matteo Salvini</b>
Há medo em Bruxelas e em Berlim e outras capitais europeias sobre o que a Itália poderia fazer com a zona do euro e com a economia europeia. Para citar um parlamentar alemão próximo de Merkel, Rehberg disse que a Itália está brincando com fogo e agora está colocando em risco a zona do euro.	O não crescimento da Itália que é um risco para a Europa. Se Bancos italianos forem à falência será risco para empresas europeias. Os negócios em decadência são risco para a Europa. Queremos ajudar os bancos, as empresas, os jovens, os trabalhadores. Então, a Europa deve fazer o possível para ajudar a economia italiana crescer.
Um desafio interessante que todos os membros UE enfrentam é o que fazer com o Brexit. Agora, houve um grande esforço liderado por Michel Barnier, que é o principal negociador da Comissão no Brexit, para manter a unidade europeia. No entanto, você disse recentemente que acha que a UE está tentando manter o Reino Unido fora do Brexit pelo voto que foi feito, o que você quer dizer com isso?	Em mais de uma ocasião no passado, não esqueçamos da constituição europeia quando os cidadãos votaram contra os desejos de Bruxelas, eles tomaram decisões contrárias ao que os cidadãos queriam. Normalmente, existe uma tentativa de Bruxelas de punir que não estão negociando. Quer punir um governo e as pessoas que vão contra as expectativas. Então, se você vir a mesa das negociações, terá que começar com alguma boa vontade política. Se você começar com a ideia de punir ou atacar, não será um bom negociador.
Então, acho que a pergunta específica para você é: a Itália, o governo italiano incentivará a França e a Alemanha a serem mais flexíveis e a fazer concessões reais ao Reino Unido?	Sim, acho que o mandato do povo deve ser seguido. Temos que promover boas relações, e ninguém deve ser punido. O governo italiano está do lado do governo do Reino Unido em nosso interesse mútuo.
Se, no futuro, você liderar um governo da liga, você é o parceiro dominante e talvez se torne primeiro ministro. Nesse momento, você consideraria tirar a Itália da UE?	Não, meu objetivo é permanecer na UE e mudar as regras para voltar ao espírito original da comunidade europeia, anterior ao Tratado de Maastricht.
Ok, e então você que você diz não a Itália não deixará a UE. E a zona do euro, você pode imaginar um dia em que a Itália deixará o euro?	Não, mas acredito que outros possam tomar essa decisão e, nesse caso, temos que estar prontos.
Temos que terminar por aí, mas Matteo Salvini, agradeço-lhe muito por ter conversado muito.	

**Fonte:** Disponível em (BBC, 2018)



Anexo D – Transcrição da transmissão em direto de Matteo Salvini, de 14 de outubro de 2018, esclarecendo sobre a nova Lei de Imigração e Segurança da Itália

Boa tarde.

Finalmente! O dia começou cedo para mim e também penso pra vocês, amigos e amigas. Finalmente, depois de três meses (julho, agosto e setembro), três meses de trabalho, encontros, escutando e dialogando, mas também três meses de insultos, ameaças, acusações e mentiras, nós temos o decreto assinado. O Presidente da República, há alguns minutos assinou a Lei de Segurança e Imigração proposta pelo “homem mal”, o Vice-primeiro ministro Matteo Salvini.

Na próxima semana o Parlamento começará a discutir o aprimoramento e a melhoria para votar essas dezenas de artigos que, do nosso ponto de vista de vista, trará mais segurança para as ruas italianas.

Finalmente, depois de tanta controvérsia, depois de jornais afirmarem, especialmente os da esquerda, que “Ele não será capaz de fazer isso. Diziam: Salvini, Mattarella nunca assinará o decreto. Diziam que havia muita conversa, mas que ele não queria assinar”.

Conseguimos ir até o fim. Então o que muda quando o Parlamento aprovar este documento. É claro que haverá embargos legais de associações humanitárias e centros sociais e não sei o que eles dirão na Europa.

A propósito, um grande beijo ao Presidente Junker que hoje estranhamente ainda não me insultou e nem o governo da Itália, mas ainda estamos no meio da tarde. Mas Moscovici tomou conta disso, o socialista francês. O que ele disse? Hoje ele disse: “Os problemas da Europa são os Salvini, os Le Pen e os Orban, os líderes de extrema direita”. Um socialista francês dando conselhos ao povo é cômico.

Obviamente, se o povo da Europa estava insatisfeito com os burocratas e os tecnocratas que empobreceram e amedrontaram um continente inteiro e colocaram sua confiança nos Salvinis, nos Orbans e nos Le Pens, evidentemente o problema é daqueles que governaram mal por anos, não nós.

Então, quais serão as mudanças para os Italianos e para imigrantes regulares e para os refugiados legítimos com essa Lei. Antes de tudo, ela é baseada em bom senso e justiça, isso eu expliquei ao Presidente Mattarella, nós estamos respeitando a constituição e os tratados internacionais. **No entanto, não queremos passar por tolos.** Então, se um requerente de asilo chegar à Itália e solicitar asilo político e, **durante o processo, se envolver com drogas, bater em um policial, roubar um idoso, assediar uma criança será imediatamente convocado pela comissão da prefeitura que informará: “Meu querido, você não é um refugiado, você é um delinquente e será enviado pra casa no primeiro avião, primeiro barco, primeiro pedalinho, primeiro balão de ar quente.**

Alguns dirão: “Mas se é inocente até ser provado o contrário”. **Se for pego no ato de um crime, se for condenado em primeira instância, se for considerado socialmente perigoso, você será repatriado para o seu país, e depois falaremos sobre isso.**

**A cidadania italiana será retirada dos condenados por crimes de terrorismo.** Alguns gênios da esquerda dirão que existirão dois tipos de cidadãos. Meus amigos, **se alguém for condenado por terrorismo islâmico eu retirarei a cidadania italiana deles. Eu não os deixarei ter essa cidadania.**

Nós iremos **reduzir e verificar mais detalhadamente a proteção humanitária concedida a dezenas de milhares de pessoas que foram mantidas aqui por dois anos.**

Asilo político seja concedido àqueles que merecerem. Pessoas que escapam da guerra, pessoas com doenças sérias, vítimas de violência sexual, vítimas de tráfico humano. **Para todos os outros, a festa terminou.** Isso não está neste decreto, mas estamos trabalhando para que tenhamos esses resultados no final de outubro, incluindo o corte dos famosos € 35 por dia para cada um desses “convidados” que são refugiados em muito poucos casos.

Nós iremos dificultar para os italianos desonestos que se aproveitavam das migrações em massa e aqueles poucos advogados que desacreditam toda a categoria, que entram com recursos absolutamente improcedentes, visando o reconhecimento de milhares de imigrante e no final quem paga a conta é o Estado. Definitivamente, iremos acabar com isso.

Existem agora 10.000 assistindo esse vídeo, no meio da tarde, pelo Facebook. 10.000 beijos para vocês e para Saviano, para o prefeito de Riace, para Gad Lerner, para Michele Santoro, para os centros sociais, para Asia Argento, para Balotelli, para Gemitaiz, a todos. Devo dizer que até um senhor de 99 anos também me colocou questões sobre o assunto. Ele deve ter ficado com ciúmes porque fui a Nápoles e fui recebido com





confiança, carinho, afeição e desejo que as leis, a ordem e a segurança fossem seguidas. Assim um beijo também, e tenho que dizer que não tive o prazer de conhecê-lo, mas talvez eu volte.

Voltando ao Decreto. Nós iremos apertar o cerco na luta contra a Máfia, a Camorra e os Ndrangheta com mais homens, mais recursos e mais estrutura para os ativos confiscados.

Gostaria de agradecer a polícia que essa manhã, 300 policiais da Carabinieri e da polícia financeira, pela prisão de dezenas de mafiosos, de traficantes e de traficantes de armas em toda a Itália, entre as 5 e 7 horas da manhã, enquanto muitos de nós dormíamos. Esses policiais deram um golpe nesse mercados da morte. Obrigado. Tenho muito orgulho de um sistema de segurança como este.

Oi também aos 20.000 seguidores do Instagram. Números que atingimos... 2000 3000..5000.. tanto faz..

Pistola elétrica para a polícia de trânsito está nesse decreto. A experimentação com a polícia e os Carabinieri estão apresentando excelentes resultados, com isso a polícia local também será autorizada a utilizar esse equipamento de segurança. Maior rigor com aqueles que ocupam ilegalmente casas e edifícios, portanto, dará mais autoridade para os prefeitos aplicarem a lei para reaver esses apartamentos. Ainda, nessa Lei, outro motivo de satisfação é o fato de termos migrando de palavras para ações. Conseguimos finalmente enviar ao Parlamento a lei de legítima defesa, legítima defesa dentro de casa. No dia 23 de outubro o Senado irá iniciar o debate sobre esse tema, para que possamos chegar lá.

Vou mostrar-lhes agora alguns tópicos que estamos trabalhando. Mas antes vamos mostrar o escritório do Ministro do Interior aos nossos seguidores. Esses são, de fato, os dados mais recentes sobre imigração que tenho no meu celular, aparelho que recebo as atualizações diárias. As últimas notícias, para aqueles que disseram que “Salvini não pode mudar nada nesse assunto, a imigração é um fenômeno da nossa era”.

Os números de **desembarque até 4 de outubro do ano passado era de 106.876**. O número de migrantes que desembarcaram em **4 de outubro de 2018 são de 21.119**, sendo menos 85.000 imigrantes. E os hospedados em hotéis caíram mais de 30.000, economizando assim o recurso do povo italiano que será usado em parte na reforma do fundo de pensão.

Ah, não sei se vocês viram as notícias, sei que estão trabalhando, estudando. Mas irei te mostrar pois estou te chateado. Existe um navio pertencente aos centros sociais que já está vindo pelo Mediterrâneo, ele se chama *Mediterranea*. “Uma missão humanitária” com pessoas de ONGs, de centros sociais e ARCI que vigiarão todo o Mediterrâneo. Eu não sei se eles irão pegar os imigrantes e tentar desembarcá-los na Itália.

Não, não, não, faça o que você quiser. Cada um tem o direito de navegar, andar de pedalinho, andar de jet-ski, fazer parapente, o que acharem bom. Eu sou democrata apesar do que Juncker fala. Quem me chama de fascista? Saviano.

Como se eu tivesse decidido de prender o Prefeito de Riace, não o conheço. Se houve uma decisão de prendê-lo por facilitação da imigração ilegal, a culpa é minha, o Estado autoritário. Eu gostaria se Salviane estivesse no navio Olha, você é livre para navegar onde queira. Vá para Tunísia, Líbia, Argélia, Egito. Vá para Nigéria. Chad, Mauritânia. Na Itália não. Você pode pegar quem quiser (até o telefone está ficando chateado ao pensar em Saviano e no balançar no navio). Mas não cheguem aos centros sociais italianos.

Então, concluindo por onde comecei. Finalmente, hoje com a assinatura do presidente da República, temos uma lei de segurança e imigração proposta pelo Matteo Salvini, aprovada por unanimidade pelo Conselho de Ministros, que começa a ser analisada pelo Parlamento na próxima semana para ser melhorada, expandida. Certamente eu não cederei um centímetro. **Não mudarei meu posicionamento sobre deportações, retirada de cidadania, controle de permissões humanitárias, ocupação ilegal de propriedades, luta contra a Máfia, a Camorra e os Ndrangheta**. Não está no decreto, mas o orçamento irá incluir a contratação extraordinária de 10.000 policiais.

Estou contente. Cansado, mas contente. Eu continuo sendo investigado. Cuidado, essa página é de alguém que está sendo investigado. Neste Facebook ou neste Instagram, eu posso ser condenado a 15 anos de prisão por falso aprisionamento de pessoas. Por isso, tenha cuidado com as páginas que você navega. Você me vê preocupado? Não. Eu estou feliz. Orgulhoso por estar sob investigação, orgulhoso por ser um ministro que se preocupa com a segurança e com o futuro dos italianos.

Então, finalmente hoje, dia 4 de outubro, dia de São Francisco, este decreto foi assinado e seguirá. Se você estiver comigo, eu não vou desistir.

Obrigado

**Fonte:** Disponível em (Salvini 2018)



Apêndice A - Pronunciamentos do Senador Telmário Mota no Senado Federal sobre a questão migratória em Roraima, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 07/11/2016:**

“Com essa crise que tomou conta do país venezuelano, há hoje registro de ter havido imigração de **aproximadamente 30 mil venezuelanos**. E como é que essas pessoas hoje estão vivendo **na capital, Boa Vista, no Município de Pacaraima** e no Estado como um todo? Muitos viraram flanelinhas, vendem artesanatos que eles produzem ali, vão aos semáforos, limpam carros etc.

Mais grave do que essa demanda enorme é a **falta de geração de emprego**. O meu Estado, lamentavelmente, é um Estado que vive do contracheque, a maior economia é o contracheque.

Essa é uma das questões que mais nos preocupam. Ver jovens venezuelanas, segundo depoimentos, que são enfermeiras e até médicas e que já não têm opção no mercado da Venezuela, se **submeterem à prostituição** na nossa capital à luz do dia nos preocupa bastante.

A maioria deles não tem onde morar. À noite, eles vão para aqueles galpões vazios, para aqueles prédios inacabados, que são muitos, e ali fazem a sua hospedagem. Vivem uns sobre os outros, **uma coisa totalmente desumana**. Isso nos levou a procurar – fomos os primeiros Parlamentares – o Ministro José Serra, porque essa é uma causa nacional. É importante que o País adote medidas para socorrer os irmãos venezuelanos que estão imigrando de forma oficial, fora os que são deportados.

Fica aqui mais um apelo ao Ministro da Casa Civil, ao Ministro de Relações Exteriores e ao Ministro da Justiça no sentido de que – sei que eles já estão levando o socorro necessário – é preciso **agir com mais rapidez**, com muito mais rapidez. **A saúde não tem estrutura.**”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2016)

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 02/08/2017:**

“Presidente, essa crise política e econômica na Venezuela tem **elevado o número de imigrantes** que buscam melhores condições de vida no Brasil. Eles atravessam a fronteira em Roraima, fazendo longas filas todas as manhãs, no prédio da Polícia Federal, em busca de um **pedido de refúgio no País**.

Presidenta, só para a senhora ter uma ideia, em **2014 foram nove** os Venezuelanos que pediram refúgio em Roraima. No ano seguinte, em **2015, isso pulou para 230**. Já em **2016 esse número saltou para 2.230. E só no primeiro semestre de 2017 já foram 5.787 pedidos de refúgio**.

Outro número que chama a atenção é a busca de melhores condições de vida no Brasil. Muitos imigrantes buscam emprego em Roraima. O Ministério do Trabalho fez um registro **recorde do número de emissões de Carteira de Trabalho**. Em 2015 apenas 257 documentos foram solicitados. Um ano depois, com a imigração dos venezuelanos, esse número pulou para 1.331 carteiras. Em 2017, de janeiro a julho, quase três mil carteiras foram emitidas para imigrantes venezuelanos no Estado de Roraima.

A consequência dessa migração desordenada, dessa grande demanda, é que Roraima já tem os seus problemas, e essa migração traz muitos mais. Por exemplo, eu estava verificando aqui. Roraima vive uma **crise enorme na área de saúde**. Quarenta por cento dos leitos do Hospital Geral do Estado e nos prontos-socorros são ocupados por venezuelanos.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2017b)

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 18/08/2017:**

“Houve um político no meu Estado que defendeu o **fechamento da fronteira com a Venezuela e a expulsão da Venezuela do Mercosul**. Fico pensando: isso não é tradição do Brasil. O Brasil não toma essas atitudes radicais. Pelo contrário, é um País que sempre buscou o diálogo, o consenso, o bom senso.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2017d)

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 22/08/2017:**

“Desde o início do processo migratório dos venezuelanos para o meu Estado de Roraima que eu alerto o Governo Federal, Senadora Ângela Portela, que eu chamo a atenção do Governo Federal, para que ele



aparelhe o Estado no sentido de **dar o suporte necessário para essa migração**, que a gente via que a crise na Venezuela se agravava, econômica, social e politicamente, e, naturalmente, essa migração iria crescer e aumentar. E isso aconteceu no nosso Estado.

Bem, o **Governo Federal até agora não fez absolutamente nada**, e o governo estadual usou as forças que foram necessárias, usou os instrumentos que foram necessários: a segurança, a saúde, o social, a alimentação. Criou um abrigo.

De sorte que o Governo Federal deveria convocar, com respeito, um **encontro institucional; chamar a Governadora; chamar o Prefeito de Pacaraima, que está muito mais sacrificado, e, aí sim, juntos, chamar a Prefeita de Boa Vista**, que, até agora, não entrou no processo, mas agora quer entrar.

Então, fica aqui meu protesto a essa reunião; uma reunião que foi feita com cunho político, sem nenhuma objetividade, para que a prefeitura, que sequer fez nada ainda por essa situação migratória, possa trazer um plano de trabalho que não vai definir a segurança, não vai definir a saúde, não vai definir o social, não vai definir o abrigo, não vai definir a geração de emprego e renda para os venezuelanos que ali estão chegando. E, principalmente, a situação está se agravando. Há violência, prostituição, falta de leitos nos hospitais, e isso não pode acontecer.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2017e)

#### **Trechos do pronunciamento realizado no dia 06/02/2018:**

“Em 2015, eu fui o **primeiro Parlamentar do meu Estado a levantar a preocupação com esse movimento migratório** da Venezuela para o Brasil, via Estado de Roraima.

E, ontem, eu subi a esta tribuna e pedi **providências imediatas por parte do Governo Federal**, para que adotasse um processo de triagem nessa migração, porque o que a gente está vendo, no Estado de Roraima, é um **verdadeiro caos social e econômico**. Ali, aquelas famílias, jogadas nas ruas, nos logradouros públicos, em todo canto. E já não há mais trabalho no Estado, não existe mais mercado de trabalho... Os leitos dos hospitais estão todos ocupados, os postos de saúde não atendem, as escolas não conseguem, a segurança está comprometida, não há habitação...

E, ontem, o que o Presidente Temer fez? Ele **assinou o Decreto 9.277, de 5 de fevereiro de 2018**. Esse decreto cria o **Documento Provisório de Registro Nacional Migratório**. E quem é detentor desse registro tem direito à expedição da Carteira de Trabalho e Previdência Social provisória, para o exercício de atividade remunerada no País; à abertura de conta bancária em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional; à inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, o CPF; ao acesso às garantias aos mecanismos protetivos e de facilitação de inclusão social decorrentes da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados; e, por último, ao acesso aos serviços públicos, em especial os relativos à educação, saúde, previdência e assistência social.

Portanto, agora é obrigação – **é obrigação** – do Estado brasileiro, através desse decreto, **dar esse suporte aos detentores desse Documento Provisório de Registro Nacional Migratório**.

Ora, com esse decreto, **vai aumentar muito mais o processo migratório para o Estado de Roraima.”**

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018a)

#### **Trechos do pronunciamento realizado no dia 07/02/2018:**

“Roraima vem sofrendo essa migração desordenada da crise que hoje foi instalada, política e economicamente na Venezuela, e essa migração venezuelana. E nós estamos **insistindo muito para que o Governo Federal cumpra com a sua parte**, vá até Roraima e **busque uma solução definitiva**, porque o Estado de Roraima vive hoje à beira do colapso econômico, social, talvez uma crise sem precedente na nossa história.

No entanto, Sr. Presidente, foi designada uma **comitiva de ministros pelo Governo Federal para ir até Roraima analisar essa situação**. Vai o Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra; Torquato Jardim, da Justiça; **Raul Jungmann**, da Defesa; e **Sérgio Etchegoyen**, do Gabinete de Segurança Institucional.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018b)



**Trechos do pronunciamento realizado no dia 08/02/2018:**

“Roraima tem naturalmente **0,2% do eleitorado brasileiro** e talvez **não chame a atenção** de uma pessoa que é candidata a presidência, que só olha para o seu umbigo.

De repente, nosso Estado de Roraima saiu de 520 mil habitantes para 600 mil habitantes. **Roraima está pagando um preço elevado, injusto.** Mais do que isso, esses venezuelanos, essas pessoas que fugiram do seu país, ocupam os corações, as mentes dos roraimenses entristecidos, que se solidarizam para amenizar a dor desses imigrantes forçados. E o **Governo Federal de braços cruzados**. Parece que nada está acontecendo, e Roraima vivendo à beira do colapso econômico e social.

Ontem, hoje, está chegando, Senador Eduardo – só para V. Ex<sup>a</sup> formar um melhor juízo – **hoje está chegando a Roraima uma comitiva de ministros** composta pelo Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra; Torquato Jardim, da Justiça; **Raul Jungmann, da Defesa; Sergio Etchegoyen, do Gabinete de Segurança Institucional.**

Essa questão dos venezuelanos, se, de um lado, **merece de todos nós brasileiros o respeito humanitário**, o cuidado humanitário e o respeito à vida humana, por outro lado, nós estamos todos daquela região muito assustados porque o volume de venezuelanos que estão migrando para o Estado de Roraima, para o Estado do Amazonas e para o Estado do Pará já vai ao número de milhares. Recentemente, aqui, nesta tribuna, o Líder do Governo, Romero Jucá, deu a informação importante de que esses ministros estariam indo à Roraima.

Informa a imprensa nacional que **10% da população de Boa Vista, em Roraima, está ocupada por venezuelanos**. Na cidade de Manaus, seguramente, nós já temos mais de 5 mil venezuelanos. E esse número é crescente.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018c)

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 20/02/2018:**

“Desde 2016 venho chamando a atenção do Governo Federal para essa imigração dos venezuelanos. E isso vem crescendo a cada dia. **Hoje, toda essa mídia nacional já vem dando conta de que Roraima está recebendo quase mil pessoas por dia**, oitocentas e poucas pessoas por dia. O Estado de Roraima não suporta essa grande demanda se não tiver um socorro imediato do Governo Federal.

Hoje nós **estamos à beira de um colapso econômico e social**. Os venezuelanos que ali estão chegando estão sem abrigo, estão no meio da rua, não têm banheiro, não têm alimentação, não têm assistência... **Já está havendo epidemia de sarampo**, uma doença que estava erradicada no nosso Estado. Quase dez pessoas já foram identificadas.

Portanto, a **situação exige uma providência imediata**, que não fique o Governo Federal marcando passo porque a hora é de agir.

E nesse sentido ainda, Sr. Presidente, do que nos trouxe verdadeiramente aqui, não é só socorrer o povo venezuelano. Por conta dessa invasão – digamos assim – venezuelana, o Estado de Roraima paga hoje um preço social e econômico altíssimo.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018f)

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 12/03/2018:**

“Hoje, o Estado de **Roraima se tornou um Estado albergado**. Agora fizeram da capital do Estado de Roraima, Boa Vista, território venezuelano. **Crise para todo o lado: crise social, econômica, aquele povo abandonado, jogado à própria sorte, dormindo ao tempo, nas ruas, se acidentando...**”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018g)

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 13/03/2018:**

“Primeiro, quero dizer que Boa Vista virou uma **cidade de refugiados da fome**. São milhares de venezuelanos de todas as idades a lotarem algumas praças públicas e esquinas mais movimentadas da cidade e mesmo perambulando entre as residências, todos pedindo uma migalha para comer.



Os **venezuelanos são uma obrigação do Governo Federal**, que assumiu o compromisso de tomar as providências necessárias. É lamentavelmente há 50 casos suspeitos de sarampo, 14 já confirmados, com brasileiros no meio.

Portanto, é grave, e o Governo Federal que adote as providências o mais rápido possível porque Roraima realmente está precisando da presença do Governo Federal.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018h)

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 19/03/2018:**

**“Hoje nós temos crises sociais gravíssimas, temos crise econômica gravíssima, afetadas exatamente pelo ingresso dos venezuelanos no nosso Estado.**

Hoje, na prática, o Governo Federal, de forma irresponsável, tardia – desde 2015 eu venho alertando o **Governo Federal para essa migração –, está tomando as providências muito tarde, quando já está agravada a situação.”**

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018i)

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 07/05/2018:**

“Todo mundo sabe que, no final de 2015, quando começou essa crise econômica, social e política na Venezuela, nós alertamos o Governo Federal – o Chanceler, Senador Serra, o Ministro da Justiça, o Presidente da República – de que essa migração teria de ser acompanhada pelo Governo brasileiro e também pela ONU, mas o Governo Federal fez ouvidos de mercador.

Só na **parte educacional, a demanda aumentou quase 400%; na parte de saúde, são números assustadores; na segurança, não se fala.** E o pior: o recurso que o Governo Federal até hoje efetivamente encaminhou ao Governo do Estado, que é quem vinha mantendo esses abrigos, quem vinha dando, de forma precária, desumana até a assistência, não chegou a R\$400 mil ou R\$500 mil.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018k)



Apêndice B - Pronunciamentos do Senadora Ângela Portela no Senado Federal sobre a questão migratória em Roraima, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 09/05/2017:**

“Sem dúvida alguma, o meu Estado de Roraima é o mais afetado pelo problema, tendo em vista a fronteira entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Para se ter uma ideia do aumento da entrada em Roraima de cidadãos provenientes do país vizinho, basta recorrer aos números da Polícia Federal. **Em 2014, foram apenas nove os pedidos de refúgio feitos por venezuelanos. Em 2015, esse número saltou para 828. Já no ano passado, foram registrados pela Polícia Federal 3.375 pedidos, um aumento de mais de 300%.** A espera num posto fronteiro tem durado até sete horas, o que dá a exata noção da quantidade de pessoas que procuram refúgio no Brasil e no nosso Estado.

**Este ano, a Polícia Federal registrou 8.231 pedidos de refúgio** de cidadãos venezuelanos. O motivo mais forte para a fuga em massa dessas pessoas de seu país de origem é a aguda crise política e econômica enfrentada pela Venezuela.

O enorme influxo de venezuelanos tem **gerado o caos no Estado de Roraima, especialmente em Pacaraima**, que fica na fronteira, e na nossa capital, Boa Vista. Nessas duas cidades, Pacaraima e Boa Vista, nossa capital, não há um cruzamento, não há um semáforo em que não se vejam venezuelanos vendendo todo tipo de mercadorias ou mendigando.

A **pressão sobre o sistema de saúde pública** é tamanha que a Governadora Suely Campos, no final do ano passado, **decretou estado de emergência na saúde**. Essa situação persiste até o dia de hoje. O exemplo mais ilustrativo da situação calamitosa na área da saúde é o Hospital Geral de Roraima, localizado em Boa Vista. Em 2014, a unidade atendeu 324 venezuelanos. Em 2016, foram 1.240. Outro dado importante que ajuda a compreender a pressão exercida sobre o sistema de saúde de Roraima vem da Secretaria Estadual de Saúde. Dos 2.517 casos de malária registrados em 2016, nada menos que 1.947 originaram-se na Venezuela.

Um capítulo triste a ser registrado é o **aumento vertiginoso da prostituição de jovens** venezuelanos, que, incapazes de garantir a própria sobrevivência e a de suas famílias, recorrem à prostituição.

Sr. Presidente, diante de um drama social de proporções gigantescas, a ação do Estado se faz necessária e urgente. **O Governo estadual criou, ano passado, o Gabinete Integrado de Gestão Migratória**, com membros oriundos de vários órgãos estaduais – Defesa Civil, Secretaria de Estado da Saúde, Corpo de Bombeiros. O objetivo do Gabinete é coordenar as ações do Governo estadual nas questões sanitárias, indígenas, de saúde pública, de segurança, de educação e de controle migratório, entre outros assuntos essenciais para enfrentar a crise.

Entretanto, é preciso ressaltar que o **Estado de Roraima não tem condições de arcar sozinho com esse verdadeiro drama humanitário**, que é a migração venezuelana. O Governo Federal praticamente abandonou o Estado nessa ajuda financeira, técnica, administrativa, para conduzir esse drama humanitário.

**E preciso agir, e agir já! Ou se enfrenta essa crise migratória com medidas de largo espectro, ou a situação social no Estado de Roraima se tornará insustentável.**

Só uma **ação integrada de todas as esferas de Governo** será capaz de proporcionar aos venezuelanos condições mínimas de sobrevivência e o retorno da paz social porque tanto anseia o povo de Roraima.

Então, **queremos aqui cobrar, reforçar a necessidade de o Governo Federal abrir os olhos e atender essa grande demanda do povo venezuelano**, do povo de Roraima, nesse momento difícil, de intensa migração do povo venezuelano.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2017a)

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 09/08/2017:**

“Desejo também **cobrar do Governo Federal providências urgentes** para fazer frente a essa tempestade que atinge Roraima. Basta percorrer as ruas de Boa Vista e de outros Municípios do nosso Estado para se constatar a **precariedade das condições locais**. Migrantes acampam pelas ruas e nelas usam fogareiros para cozinhar, prédios em construção ou abandonados são invadidos, jovens ficam nos sinais de trânsito com





as plaquinhas "preciso trabalhar". A rede de saúde está mais do que sobrecarregada. As escolas não têm mais como atender a nova demanda, uma demanda repentina de alunos.

**A segurança se precarizou.** Não há como operar na repressão à criminalidade, uma vez que a BR-174, que liga os dois Estados, é utilizada como verdadeiro corredor do tráfico de drogas que entram pela fronteira.

Relatórios da inteligência e estatística apontam para o **aumento da incidência de crimes na cidade de Pacaraima**, a 260 quilômetros de Boa Vista.

Isso **tende a se repetir em Boa Vista**, onde já se constatou aumento do tráfico, de furtos e, principalmente, de prostituição. **O Governo Federal tem ampla responsabilidade nesse processo. É da essência do sistema federativo a solidariedade mútua, como é também a defesa do território nacional, prevista na Constituição.**

A **Lei de Migração**, há pouco sancionada, prevê em seu art. 3º, aquele que define os princípios da política migratória brasileira, a **acolhida humanitária e a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas**. O Governo Federal tem, portanto, o dever de participar diretamente do enfrentamento desse problema.

**Queremos uma atuação preventiva das Forças Armadas** para coibir a entrada desses criminosos e evitar que Roraima se transforme em corredor de passagem de ilícitos.

Disse ainda a Governadora: **"O Presidente foi bastante sensível ao nosso pleito e disse que se reuniria com o Ministro da Defesa para tratar dessa questão".**

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2017c)

#### **Trechos do pronunciamento realizado no dia 19/02/2018:**

**"Uma delegação de ministros, em primeiro lugar, e depois a própria presença do Presidente numa reunião que envolveu toda a classe política de Roraima**, com o intuito de buscar uma solução ou, pelo menos, amenizar os problemas enfrentados tanto pelos roraimenses, quanto pelos venezuelanos.

À parte o jogo político, puderam constatar o Presidente e seus ministros os problemas que temos denunciado aqui, no plenário deste Senado Federal, inúmeras vezes, como a elevada proporção de migrantes, que já supera os 10% só na nossa capital Boa Vista.

É evidente que o Estado não dispõe de infraestrutura suficiente para fazer frente a essa brutal e inesperada demanda.

**O Presidente anunciou, depois, um pacote de medidas com as quais pretende enfrentar essa crise. Muitas delas são providências que já defendemos aqui, no plenário do Senado, como a possibilidade de aproveitar as capacidades de trabalho dos migrantes, muitos dos quais têm escolaridade acima da média.** Segundo dados da Polícia Federal, em torno de 25% dos venezuelanos em Roraima têm nível superior.

A verdade é que faltam à Roraima os instrumentos essenciais para fazer frente a essa onda migratória. Mesmo Boa Vista, nossa capital, que tem mais de 300 mil habitantes, não tem como suportar o ingresso de mais de 50 mil pessoas.

Inevitavelmente, **criou-se forte demanda dos serviços de saúde, educação e segurança, impactados com a enorme procura dos imigrantes debilitados**. A rede local está há meses, há anos em situação crítica. Ações emergenciais se tornaram imprescindíveis, como a vacinação que se tem feito em áreas de larga concentração de imigrantes venezuelanos, como na Praça Simón Bolívar.

O impacto da imigração venezuelana **aumentou em 70% a pressão sobre a rede de saúde** e tende a chegar ao mesmo nível na rede de educação à medida que a presença dos imigrantes se torne mais estável. **Impacto mais difícil de mensurar se dá sobre a segurança, mas é também extremamente elevado.** É na segurança que se registram episódios mais dramáticos, que pressionam por soluções mais urgentes.

É evidente a necessidade de auxílio emergencial às redes de saúde, educação e segurança, com possibilidade de se tornar permanente no trato de problemas estáveis."

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018e)



**Trechos do pronunciamento realizado no dia 11/04/2018:**

“Diante do grande fluxo migratório que Roraima sofre, com o repentino aumento do número de moradores da nossa capital Boa Vista e de Pacaraima, e até mesmo de outros Municípios, a violência cresceu ainda mais.

Somente em **Boa Vista, a população sofreu um acréscimo superior a 12% de sua população.** Imagine, Sr. Presidente, 12% de sua população foi o acréscimo da nossa capital. Em Pacaraima, que é já na fronteira com a Venezuela, esse aumento é ainda maior.

**A responsabilidade fundamental pela segurança, diante da nova realidade vivida por Roraima, é do Governo Federal. O Art. 21 da Constituição diz que compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.** O inciso XXII do mesmo artigo estabelece como competência privativa executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

**Também é de competência exclusiva da União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas. Pelo art. 22, apenas a União pode legislar sobre emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros.”**

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018j)





Apêndice C - Pronunciamentos do Senador Romero Jucá no Senado Federal sobre a questão migratória em Roraima, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

**Trechos do pronunciamento realizado no dia 15/02/2018:**

“O Presidente Michel Temer conversou comigo no domingo, e fomos juntos, na segunda-feira, acompanhados de quatro ministros e uma equipe do Governo, a Boa Vista, capital de Roraima, para fazer uma **reunião com toda a classe política do Estado, exatamente sobre um dilema, sobre uma situação de emergência que aflige o povo de Roraima e o povo da Venezuela**, que é exatamente a migração sem controle que nós estamos tendo em Boa Vista e nas cidades do interior de Roraima, também já permeando o Estado do Amazonas.

No caso do Brasil, essa migração chega ao nosso Estado de Roraima, o menor Estado em população do País, o menor Estado em condições econômicas do País e, portanto, o menor Estado habilitado a receber uma demanda dessas que está recebendo hoje.

O Estado e a prefeitura, por mais que procurem atender em sua rede de saúde, em sua rede de educação, não faz frente a uma demanda como essa. E o Presidente Michel Temer, que vinha acompanhando toda essa situação através de relatos dos ministros e relatos pessoais meus – sempre que estou com o Presidente Michel Temer relato essa situação que vem se agravando –, combinou comigo e nós fomos juntos. Acompanhei o Presidente Temer, segunda-feira, a Boa vista. E lá, numa **reunião no Palácio do Governo, com todas as forças políticas, independentemente de lado partidário, o Presidente Michel Temer anunciou que faria algumas medidas**. E hoje, daqui a pouco, o Presidente Michel Temer assinará uma medida provisória, criando a situação de estado de emergência social.

Quero também agradecer ao **Ministro da Defesa, Raul Jungmann; ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Etchegoyen;** ao Ministro da Justiça, Torquato Jardim; ao Ministro Moreira Franco, que também acompanhou o Presidente Michel Temer, e a toda equipe do Governo, da Casa Civil, do GSI, do Ministério da Justiça, da Abin, enfim, de todos os setores que estão atuando organizadamente nessa questão.”

**Fonte:** Disponível em (Senado Federal, 2018d)



Apêndice D – Compilado da participação de Matteo Salvini no programa “DiMartedì” - A imigração não é um direito, ocorrido em 17 de fevereiro de 2015.

1. Na África vivem milhões de pessoas. Ou alguém me convence que há espaço para milhares de pessoas na Itália, ou se intervém lá. Na minha opinião, essa imigração alimenta os negócios de contrabandistas, do ISIS e daqueles que trabalham aqui. Assim, a imigração não enriquece nem os italianos nem as pessoas pobres.

2. Somente aqui na Itália, temos 5 milhões de italianos que por razões econômicas não tem moradia, almoço ou jantar. Então eu fico não aceito quando ajudamos mais gente do outro lado do mundo enquanto temos refugiados italianos aqui dentro. No entanto, se acreditarmos que a imigração por razões econômicas é um direito, acredito que temos que incluir os sem-teto e os sem trabalho em Roma, em Milão, em Palermo, eles têm mais direitos do que aqueles que desembarcam.

3. Enquanto o Governo italiano disponibiliza a partir de 280 € por mês aos italianos, aos solicitantes de asilo são garantidos café da manhã, almoço e jantar por uma quantia de 1200 € por mês. Há algo errado com um estado que dá 300 € para um cidadão e 1200 € para um imigrantes.

4. Em linhas gerais, em um Estado a imigração não é um direito, mas é uma possibilidade. Se eu quiser ir para a Austrália amanhã, eles verificam se tenho dinheiro, atestado médico e se trabalho.

5. Regredimos a uma política do direito sem se preocupar com deveres. Na Itália você deve ter direitos, mas acima de todos os deveres e há quem diz que há espaço para todos.

6. O limite para 1000 € do uso de dinheiro e uma idiotice que ajuda a evasão do recurso. Isso não evita que nossos comerciantes percam milhares de clientes. Se alguém ganha, deve ser livre para gastá-lo como quiser, onde quiser, quando quiser, sem explicar para ninguém.

7. Aumentou os impostos sobre fundos de pensão, com isso as pessoas farão menos fundos de pensão o que resultará no aumento de impostos e na diminuição econômica das pessoas.

8. Permitimos que o setor privado pague 20 %, 25% ou 60% em impostos e empréstimos? O governo italiano me parece um agiota, acho que hoje nós somos explorados pelo estado.

9. De uma investigação em escola na província de Agrigento, foi identificado que 40% dos trabalhadores do Estado são funcionários públicos que, quando impossibilitados, não dão retorno ao Estado. Se um revendedor estiver com febre, ele trabalhará, caso contrário ele não levará para casa.

10. Se eu sou um gigantes da Internet, pensem no Google, que ganha muito dinheiro na Itália e não paga impostos algum. A França cobra da Google uma multa de 1 bilhão de euros.

11. Há algo parecido nos bancos populares que gritam vingança. Estamos aqui falando de há alguém que ganhou dezenas de milhões de euros porque o primeiro-ministro anunciou antecipadamente a venda de alguns bancos. Em um país normal que um magistrado já teria se mudado.

**Fonte:** Disponível em DiMartedì (2015).



Apêndice E – Compilado da participação de Luigi Di Maio no programa “Il Fatto Quotidiano” - Sull’immigrazione, ocorrido em 22 de fevereiro de 2015.

Sobre a imigração em geral, a questão é aplicar os tratados internacionais e respeitá-lo. Tanto para aqueles que vêm aqui que será analisado pela comissão e que tem o direito de ser denunciado.

O problema é o discurso que todos que chegam aqui têm duas questões: primeiro é que o imigrante deve permanecer na Itália porque o tratado de Dublin o protege a não pode ir para outros países o que cria um enorme problema tendo em vista que o tratado de Dublin precisa ser mudado imediatamente, o que já propusemos no Parlamento Europeu. Porque quem chega aqui deve poder ir para outros países da Europa e para fazer isso, deve se modificar esse tratado e, depois, ver quantos **permanecem na Itália para evitarmos que o caldeirão italiano exploda. Isso porque, em essência, há um mal-estar social que é uma guerra entre os pobres no momento.**

Segundo que as comissões que analisam o status do os requerentes de asilo são muito lentos, demoram até dois anos pagando 30 euros por dia o que não é justo pois não damos essa renda aos cidadãos italianos pobres.

Neste tema proponho duas coisas: primeira, devemos **fortalecer as comissões fazendo o sindicato intervir nas comissões da UE para que elas levem muito menos tempo para fazer essa avaliação; segundo, damos a possibilidade às embaixadas da costa africana a oportunidade de fazer esse pedido; e terceiro, quebramos os interesses que temos na imigração, porque neste momento a imigração é uma indústria para algumas empresas.**

Pensemos por um momento se escolhêssemos não aplicar os tratados internacionais existentes, dizer que não se tem o direito a asilo e que devam ser repatriados. Isso deixaria de alimentar o setor de imigração?

A indústria da imigração é um debate que ninguém quer fazer neste país porque esses 30 euros são injetados na economia e são utilizados para pagamento de serviços para oferecidos pela *Lega Nord* como a estrutura de serviços e de hotéis que recebem imigrantes. Desses 30 euros, 10 euros eram gastos com serviços prestados pela *Lega Nord*, liga essa que estava no governo e não optou por deixar de aplicar essas regras.

Dizem que pode haver uma convergência entre o movimento de cinco estrelas e a *Lega Nord* sobre políticas de imigração. Eu digo que o problema não é ideológico, o problema é que não somos alinhados automaticamente. Optamos por ficar longe daqueles que governam esse país nos últimos 20 anos porque são eles falam muito, mas não colocaram em prática o que prometeram resultando em falta de credibilidade pois são pessoas que, de uma maneira e de outra, tiveram suas oportunidades e falharam.

Queremos uma oportunidade para poder aplicar nossa receita e, para fazer isso, precisamos fazer duas coisas: honestidade e transparência.

Fonte: Disponível em Il Fatto Quotidiano (2015)



Apêndice F – Compilado da participação de Luigi Di Maio no programa “La7 Attualità” - Sull'immigrazione, ocorrido em 14 de julho de 2018.

Tudo está desmoronando ao redor da Itália. E o italiano ainda não, será porque ainda temos nacionalistas com uma tendência completamente diferente e continuamos a aumentar o consenso no governo mais forte e na União Européia? A Alemanha tem uma crise de governo para resolver. A França com o Macron perdendo consenso certamente não é um ponto que deve começar a crescer muito e a Espanha com um governo temporário. Será por isso que houve um movimento de desconfiança construtiva ao nosso redor.

**A questão da imigração é uma questão tempo que influencia os níveis econômicos de cada país.** Os outros países querem propor à Itália um acordo pelo qual, o chamado Movimento secundário, que significa que aqueles que chegaram à Itália pela primeira vez e conseguirem fugir para a Alemanha, por exemplo, agora eu não quero adiar esse processo, isso porque há um detalhe no tratado que significa que quem chega à Itália chega à Europa. O Parlamento Europeu afirma que mais de 10.000 pessoas tiveram que deixar a Itália para serem distribuídas em outros países, no entanto os outros países não deram seguimento, então agora o tema não é movimento secundário. Estamos trabalhando para evitar que partam da Líbia para buscar resolver os movimentos primários. Será preciso falar com os italianos diretos que a UE nos engana ao falar que teremos nossos interesses esclarecidos. Salvini convence o ministro do Interior alemão e estamos resolvidos. Mas afirmo e assumo o risco de ser colocado como ingênuo, se a Itália não fizer nada como vetar o interesse de outros países, eles continuarão anos dando migalhas em vez de resolver isso agora. Agora, falamos sobre essas coisas para todos os países.

**Honestamente, você encontrará um muro de concreto reforçado se quiser continuar com as políticas de migração dos últimos 10 anos, principalmente com essas são políticas de migração. A partir de setembro, essa política migratória migrará para as políticas econômicas pois temos que implementar medidas para reduzir os níveis de pobreza absoluta. Então, o tema econômico será enfrentado com a mesma atitude a partir de setembro.**

**Fonte:** Disponível em La7 attualità (2018)